



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

PATRICIA BARBOZA DE MELO

**MEDIAÇÃO ESCOLAR: a formação e o trabalho dos mediadores escolares que
acompanham alunos com deficiência em duas escolas da rede municipal de ensino do
Rio de Janeiro**

RIO DE JANEIRO – RJ

2021

Patricia Barboza de Melo

**MEDIAÇÃO ESCOLAR: a formação e o trabalho dos mediadores escolares que
acompanham alunos com deficiência em duas escolas da rede municipal de ensino do
Rio de Janeiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra. Priscila Andrade Magalhães Rodrigues

RIO DE JANEIRO - RJ

2021



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Ao primeiro dia do mês de abril de 2021, com base na Resolução CEG nº 02, de 15 de abril de 2020, reuniu-se em sessão remota, que foi gravada, a Banca Examinadora da Monografia intitulada: **MEDIAÇÃO ESCOLAR: A formação e o trabalho dos mediadores escolares que acompanham alunos com deficiências em duas escolas da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro**, de autoria da graduanda Patricia Barboza de Melo, DRE 114087536,, do Curso de Licenciatura em Pedagogia. A Banca, participando por videoconferência, foi constituída pelos professores: Márcia Denise Pletsch, Mônica Pereira dos Santos e Priscila Andrade Magalhães Rodrigues, esta na condição de orientadora e presidente da sessão. Às 14 h, a sessão foi aberta, convidando-se ao/à candidato(a) a fazer breve exposição sobre a monografia em julgamento e concedendo-lhe o prazo máximo de 20 minutos. Finda a exposição, passou-se a palavra aos participantes da Banca Examinadora, esclarecendo-se que cada um deles dispunha de até 10 minutos para sua arguição e que o/a candidato(a) dispunha do mesmo tempo para as respostas. Ao final da arguição, a Banca Examinadora analisou e decidiu reservadamente sobre a Monografia apresentada. A seguir, o/a presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a monografia **aprovada** com a nota **dez**. O/A presidente da Banca Examinadora deu por encerrada a sessão às 16 h. E, para constar, eu, (nome completo), lavrei a presente ata que foi assinada por mim representando todo os membros da Banca e o/a candidato(a).

Priscila Andrade Magalhães Rodrigues – Professora UFRJ

Márcia Denise Pletsch – Professora UFRRJ

Mônica Pereira dos Santos – Professora UFRJ

Patricia Barboza de Melo – Candidata

Priscila Andrade Magalhães Rodrigues

Nome completo da orientadora

Presidente da banca

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a um menino imensamente especial - *em todos os sentidos da palavra* - chamado João Davi. Obrigada por me fazer descobrir e acreditar que esse é o caminho que eu devo seguir.

AGRADECIMENTOS

“Exú matou um pássaro ontem com uma pedra que só atirou hoje.”

(ditado iorubá)

Essa conquista apesar de ser concretizada apenas agora, no presente, só é possível por tudo e todos que vieram antes de mim e que permitiram que eu pudesse estar hoje onde estou. Inclusive, à Patricia de anos atrás que nem acreditava muito que isso tudo era possível de acontecer e mesmo assim seguiu em frente. Por isso, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a mim mesma por em todos esses anos de graduação não ter desistido e ter conseguido chegar até aqui. Só eu sei o esforço que precisei fazer e os obstáculos que precisei ultrapassar para não desistir no meio do caminho. Que possamos seguir reinventando nossos passados.

Agradeço imensamente à minha mãe e minhas irmãs que sempre me apoiaram e estiveram comigo desde o dia em que tudo isso era apenas um sonho. Elas sempre confiaram em mim mais do que eu mesma. Sem elas não sei se chegaria até aqui. Por isso, irei agradecer individualmente a cada uma delas.

À minha mãe Nadja, eu agradeço pela fé que ela tem, pois eu sei que estou sempre em suas orações e pedidos de proteção. Obrigada por todas as coisas pelas quais precisou abdicar por nós e por nunca deixar que não nos faltasse nada. Obrigada pela força e por estar ao meu lado sempre.

À minha irmã Isabela, eu quero agradecer por todas as vezes que ela me salvou me ajudando a formatar meus trabalhos ou quando eu esquecia algum deles em casa e ela me mandava por e-mail chegando, certa vez, a levar um pessoalmente na faculdade para mim. Que sorte ter você na minha vida! Obrigada por fazer tanto por mim.

À minha irmã Vivian, eu agradeço por ser a minha inspiração. Por ser tão forte e determinada e ser essa professora incrível que você é. Quando crescer quero ser igual a você. Seus alunos têm uma sorte imensa de ter você na vida deles. Obrigada por tudo.

Agradeço ao meu pai Wagner, que mesmo não estando mais nesse plano espiritual tenho certeza que está orgulhoso de mim por essa conquista. Obrigada por todas as horas, dias e noites de trabalho incansável para que não nos faltasse nada. Obrigada por me dar a oportunidade de ter o meu direito à educação garantido, diferente de como foi com você. Obrigada por me fazer entender que sendo quem somos e vindo de onde viemos apenas a

educação nos daria a oportunidade de alcançar nossos sonhos e objetivos. Obrigada por tudo!
Eu te amo eternamente!

Durante esses longos anos encontrei muitas pessoas especiais que me deram muita força e foram essenciais para que essa caminhada se tornasse menos difícil. Dessa forma, quero agradecer de todo o meu coração à Elizabeth, a Beth, minha eterna diretora, a quem tenho um carinho imenso e serei eternamente grata por todo o apoio, incentivo, respeito e por ter aprendido tanto com ela durante os dois anos em que fui sua estagiária. Levarei para sempre comigo seus ensinamentos, tanto para a minha vida pessoal quanto profissional.

Agradeço também a professora Flávia que me recebeu na sua turma com todo o carinho e respeito do mundo. Você me ensinou tanto! Obrigada por me incentivar, por me tratar de igual para igual, por permitir que eu dividisse com você o amor dos seus alunos e por estar sempre disposta a me ouvir e ajudar sempre que eu precisava. Você é incrível!

Aos meus companheiros e amigos de graduação agradeço pela parceria e pela companhia tanto nos momentos difíceis como nos momentos de alegria e descontração. A amizade de vocês foi essencial para que essa jornada pudesse chegar até aqui.

Aproveito esse espaço para agradecer à professora Priscila, minha orientadora, que com seu jeito calmo, paciente e generoso me incentivou, ouviu e aconselhou por muitas vezes. Obrigada por tudo! Eu não poderia ter tido uma orientadora melhor.

Por fim, agradeço aos seres de luz e aos Orixás que me protegem e que não me abandonaram nem por um segundo durante toda a minha vida e, principalmente, durante esses anos de graduação. Se eu cheguei até aqui foi porque eles me sustentaram com a sua força divina. Sou extremamente grata pelo cuidado e pela proteção. Ubuntu!

Eu sou porque nós somos!

A nossa existência faz sentido no encontro.

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.”

Paulo Freire

RESUMO

Através de mudanças significativas ocorridas no sistema educacional brasileiro é que surge o paradigma da inclusão escolar. Atualmente, leis e decretos como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº13.146/2015) garantem a todos os alunos com deficiência o direito a um profissional de apoio que ofereça suporte à sua inclusão. É neste contexto que surge a figura do estagiário de mediação escolar na **rede pública de ensino do Rio de Janeiro**, chamados de mediadores. Nesse sentido, a presente pesquisa busca investigar a formação e o trabalho desses sujeitos contratados pela prefeitura do município do Rio de Janeiro. Além disso, visa analisar se a formação desses indivíduos no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)** oferece maiores recursos e/ou possibilita uma formação teórica mais aprofundada do assunto, de modo que oriente uma atuação mais adequada em comparação aos estudantes das demais graduações. Para alcançar tais objetivos, foi desenvolvido um questionário com perguntas semi-estruturadas que foi aplicado durante uma entrevista feita com cinco estagiários de mediação escolar de duas escolas públicas da rede municipal do Rio de Janeiro. **Para auxiliar na construção da pesquisa foi utilizada como ferramenta metodológica a produção de um memorial com as minhas experiências como mediadora escolar e estudante de graduação do curso de Pedagogia.** Ademais, a investigação teve como base para suas análises uma pesquisa bibliográfica pautada no referencial teórico sobre o tema abordado neste trabalho. Dessa forma, para o embasamento teórico deste ensaio foram utilizadas as contribuições de Candau (2012), Mantoan (2015), Mousinho (2010), Pletsch e Glat (2012), Vigotski (2000) entre outros. De acordo com os estudos levantados, dentro da perspectiva do que se considera adequado para o perfil do mediador escolar, ou seja, ser graduando ou graduado nas áreas de Educação e Saúde, o estudo revelou que apenas um dos entrevistados não atendia tais requisitos. Além disso, os dados indicam que para além da necessidade de uma melhor formação dos mediadores, especialmente na sua formação para o acompanhamento das necessidades específicas do trabalho, é necessário um acompanhamento mais adequado das funções do estagiário através de supervisão e orientação para que a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial seja efetivada com qualidade. Apesar de a legislação garantir aos educandos com deficiência a presença de um profissional de apoio escolar há falta de clareza a respeito de qual deveria ser sua formação e quais as atribuições do trabalho desenvolvido por eles em sala de aula. Nesse sentido, um dos desafios encontrados para a área é a realização de estudos mais específicos acerca das funções e do

ofício do mediador escolar, de modo que possa subsidiar a formação desse profissional, logo, um avanço nas atividades de inclusão desenvolvidas por ele.

Palavras-chave: Educação Especial, **inclusão escolar**, mediação escolar, rede pública de ensino.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	14
CAPÍTULO 2 – MEDIAÇÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E DIDÁTICAS.....	24
2.1 MEDIAÇÃO ESCOLAR E A TEORIA DA APRENDIZAGEM MEDIADA.....	24
2.2 DOCÊNCIA, DIDÁTICA E FORMAÇÃO: REFLEXÕES PARA O TRABALHO DO MEDIADOR ESCOLAR.....	28
CAPÍTULO 3- CAMINHOS PARA A PESQUISA.....	33
3.1 MEMORIAL DE EXPERIÊNCIAS.....	34
3.2 ENTREVISTAS.....	43
CAPÍTULO 4 - MEDIADORES ESCOLARES: CONCEPÇÕES DE MEDIAÇÃO, FORMAÇÃO E TRABALHO.....	47
4.1 O INÍCIO: CHEGADA NA ESCOLA E INSERÇÃO NA FUNÇÃO.....	47
4.2 MEDIAÇÃO ESCOLAR: O ENTENDIMENTO DOS MEDIADORES.....	49
4.3 FORMAÇÃO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS ESTAGIÁRIOS.....	52
4.4 O OFÍCIO DO MEDIADOR ESCOLAR: O QUE FAZEM E COMO FAZEM.....	56
4.5 O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FRENTE À ATUAÇÃO DO MEDIADOR.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
ANEXOS.....	71

INTRODUÇÃO

No ano de 2014 ingressei no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Iniciando, assim, minha primeira graduação e meu primeiro contato com a área da Educação. No momento em que estava cursando o segundo período soube por colegas de um estágio remunerado oferecido pela prefeitura, no qual graduandos de licenciatura¹ acompanhavam **alunos com deficiência**² matriculados em escolas da rede pública de ensino no município do Rio de Janeiro. Apesar de não haver muita clareza sobre as atribuições do cargo, obtive a informação de que uma das responsabilidades da função seria auxiliar esses estudantes em seu cotidiano escolar. Na época cogitei a possibilidade de me candidatar a uma vaga como estagiária, porém os planos foram adiados, pois optei ser monitora bolsista na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento e Educação, agregando a experiência de monitoria à minha formação.

No primeiro semestre de 2017, então cursando o sétimo período da graduação, e motivada pelo incômodo em não possuir experiência em sala de aula ou em espaços educacionais, além das vivências nas práticas de ensino obrigatórias, iniciei uma busca por vagas de estágio em escolas particulares. Nesta ocasião, obtive conhecimento, através de uma amiga, da necessidade do preenchimento de vagas para mediador escolar em uma escola municipal localizada no bairro do Maracanã. De modo diferente à primeira circunstância, reuni maiores informações sobre a vaga e dirigi-me à escola para conversar com a diretora, que me explicou todos os procedimentos, isto é, quais documentos eu precisaria para ir à 2ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE)³ e qual aluno eu iria acompanhar. Nesse caso, seria uma aluna com paralisia cerebral que na época estava matriculada na classe especial da

¹ Na época a informação obtida era de que o candidato poderia estar cursando qualquer licenciatura, o que mais tarde pude constatar que não era bem dessa forma que a seleção acontecia, como veremos no decorrer deste trabalho.

² **O termo pessoa com deficiência segue uma definição da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas. A padronização do termo na Constituição Federal (CF/88) foi aprovada através da PEC 25/2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2019/03/12/senado-aprova-pec-que-padroniza-referencia-de-pessoas-com-deficiencia-na-constituicao#:~:text=A%20PEC%2025%2F2017substitui,da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas>. Acesso em: 10/04/2021.**

³No município do Rio de Janeiro a rede pública de ensino é dividida em onze Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). A 2ª CRE, localizada no bairro da Lagoa, é responsável pela escola citada neste trabalho.

escola, porém seus pais estavam recorrendo com um processo no Ministério Público para que ela fosse transferida para uma classe regular.

Desde o início, apesar do medo pela ausência de conhecimento e falta de preparo para lidar e auxiliar educacionalmente uma criança com necessidades especiais, estava animada com a nova experiência. O objetivo era pesquisar e estudar com maior profundidade sobre como trabalhar com alunos que possuíam as mesmas especificidades que a minha aluna. Porém, os responsáveis da estudante e a direção da escola decidiram que seria melhor que a aluna continuasse na classe especial. Sendo assim, meu aluno seria o Jonas⁴, um menino do terceiro ano que naquela época possuía o diagnóstico de Síndrome do X- Frágil, uma síndrome totalmente desconhecida para mim. Em uma breve pesquisa sobre a síndrome foi possível perceber que havia pouquíssimos estudos disponíveis a respeito. Desse modo, através da recomendação de uma amiga, à época integrante do Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação da Faculdade de Educação da UFRJ (LAPEADE), entrei em contato com a professora Mônica Pereira dos Santos, fundadora e coordenadora do grupo, com o objetivo de recolher informações e dados que pudessem auxiliar minha futura prática. Imediatamente, com muita gentileza, recebi da professora artigos e materiais sobre o assunto.

Durante o período de um ano e meio como estagiária de mediação escolar vivenciei muitas experiências e presenciei situações que me trouxeram inúmeros questionamentos, os quais encorajaram esta pesquisa. No início, minhas preocupações eram em torno do fato de eu saber muito pouco acerca de como trabalhar com crianças que apresentavam necessidades educacionais tão específicas. Acreditava que minha formação na faculdade não proporcionava recursos suficientes que contribuíssem efetivamente para a minha prática.

Minhas indagações se tornaram ainda mais intensas após a chegada de um estagiário cuja formação em andamento era em Jornalismo. Sua função seria acompanhar um aluno que havia acabado de chegar à escola e estava matriculado na turma do primeiro ano. Dessa forma, foi possível constatar que para ocupar o cargo de mediador escolar, de acordo com a

⁴Os nomes de todas as pessoas que aparecem nesta pesquisa são fictícios com o intuito de resguardar suas privacidades.

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), bastava estar matriculado em qualquer curso de Ensino Superior.

Nesse sentido, o objetivo desta monografia será analisar a formação e o trabalho do estagiário de mediação escolar⁵ de alunos com deficiência. Dessa forma, com o propósito de alcançar tal meta, procurei responder às seguintes perguntas: 1) O que é mediação escolar? 2) Quais funções exerce o estagiário de mediação escolar? 3) Quais são as dificuldades e os desafios que esses indivíduos enfrentam e como eles superam essas adversidades? 4) Qual formação é exigida para exercer essa função? 5) De que maneira a formação dos mediadores escolares influencia no processo de ensino-aprendizagem desses alunos?

Para responder essas e outras questões busquei investigar, através da perspectiva dos próprios estagiários, qual a concepção que eles tinham sobre mediação escolar, o entendimento sobre seu papel como mediador e quais funções eles exerciam ocupando este cargo.

Sendo assim, o presente trabalho se divide em quatro capítulos. O primeiro trata-se de um breve resumo sobre os principais avanços históricos e legais da Educação Especial no Brasil. Dessa forma, será evidenciado de que modo o direito à educação e ao atendimento educacional especializado vem sendo garantido e assegurado para os indivíduos com deficiência. Ainda, de que maneira surge a figura do mediador escolar nas instituições de ensino.

O segundo capítulo pretende apresentar o conceito de mediação escolar com base nos estudos de Vigotski e suas concepções sobre a teoria da aprendizagem mediada.

No terceiro capítulo, trataremos dos procedimentos metodológicos. Para alcançar os objetivos desta pesquisa foram realizadas entrevistas com estagiários de mediação escolar da rede pública de ensino do Rio de Janeiro e foi elaborado um memorial com as experiências vividas por mim durante o período em que atuei como mediadora escolar. Além disso, a investigação teve como sustentação para suas análises uma pesquisa bibliográfica pautada no referencial teórico sobre o tema abordado neste trabalho.

⁵Devido à falta de regulamentação legal para o exercício desta função, há inúmeras nomenclaturas que são utilizadas para se referir a este profissional. Para este trabalho o termo utilizado será o “estagiário de mediação escolar” ou “mediador escolar”.

Em seguida, as informações recolhidas das entrevistas e do memorial de experiências serão analisadas com base nos estudos selecionados para esta investigação.

Por fim, apresento as considerações finais sobre o estudo, levantando reflexões acerca dos aspectos relevantes encontrados ao longo dessa pesquisa a respeito da mediação escolar.

CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.

MARCOS LEGAIS E AVANÇOS HISTÓRICOS

No Brasil, o atendimento escolar para pessoas com deficiência teve seu início na cidade do Rio de Janeiro com o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854. Atualmente, a instituição é conhecida como o Instituto Benjamin Constant (IBC), que atende pessoas com deficiência visual e baixa visão. Três anos após a sua criação, em 1857, foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). As duas instituições foram criadas a partir de decretos instituídos por Dom Pedro II.

Segundo Mazzotta (2012), ambos os institutos possuíam oficinas voltadas para a aprendizagem de ofícios. O autor aponta que o então Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, configurava-se como um estabelecimento educacional direcionado para a “educação literária e o ensino profissionalizante” de meninos “surdos-mudos” entre 7 e 14 anos de idade.

Até meados do século XX, a educação desses indivíduos ocorria por meio de instituições especializadas que possuíam um caráter assistencialista e clínico. A Educação Especial era de responsabilidade da área da saúde, orientada por profissionais como fisioterapeutas, fonoaudiólogos e psicólogos. Dentro desse contexto, as iniciativas criadas para a educação desses sujeitos eram de natureza privada e isolada. Somente a partir da década de 1950 é que tais ações se tornaram de caráter oficial e de âmbito nacional.

Em 1961 é instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que dispõe sobre a Educação Especial em seus artigos 88 e 89. A legislação cita que “a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.” (BRASIL, 1961). No entanto, a escolarização das pessoas com deficiência continuava sendo responsabilidade da Educação Especial naquele período.

Na década de 1980 surge o conceito de integração, que traz para o âmbito educacional uma importante movimentação. Tal perspectiva compreendia como responsabilidade das classes e escolas especiais preparar os alunos da Educação Especial para se integrarem às classes comuns das escolas regulares. Nesse processo, o aluno com deficiência é quem tinha a

tarefa de se adequar à escola, quando na verdade é a escola quem deve adaptar-se para atender a todos os alunos (GLAT; PLETSCHE, 2012) de acordo com o que indicam os princípios da inclusão escolar. Dessa forma, por compreender que o adequado seria que o aluno alcançasse determinadas competências e habilidades para ser enviado para as classes regulares, o sistema de integração foi duramente criticado. Além disso, através da Lei nº 7.853/89, é prevista a inserção das escolas especiais no sistema educacional. Desse modo, com a inserção da Educação Especial na rede pública de ensino através das classes e escolas especiais, evidencia-se o caráter segregador e excludente da iniciativa, pois as crianças consideradas deficientes não tinham contato com os demais alunos, seguindo o padrão de escolarização anterior.

Além disso, outras críticas foram destinadas ao projeto de integração. Segundo Siqueira (2017), por não possuírem condições de ingresso nas turmas comuns, diversos alunos com deficiências e outras condições atípicas continuavam matriculados em escolas e classes especiais de forma segregada. Devido a esse fato, as escolas e classes especiais se tornaram “depósitos” de alunos que fracassavam no ensino comum. Nesse sentido, em meio a um contexto negativo a respeito do modelo educativo, surge um novo paradigma no sistema educacional brasileiro, a Educação Inclusiva.

No início da década de 1990, a inclusão escolar chega às escolas e apresenta-se como um desafio para o ambiente educacional. O modelo tradicional de escola precisou rever suas práticas, estruturas, formação dos seus professores, tudo isso somado à reflexão sobre novas estratégias pedagógicas para atuar com esse alunado e atender a todos. Além disso, foi necessário pensar e elaborar novas formas de ensinar e estimular o aprendizado desses indivíduos. Características que antes eram consideradas como traços de incapacidade e limitação desses sujeitos, agora passam a ser vistas como dados e informações que servem como norteadores para que o sistema de ensino seja revisto e readequado para atender as necessidades desses alunos.

Embora tenhamos avançado de forma positiva nesse aspecto no Brasil, Mantoan (2015) aponta que o movimento pela inclusão escolar gerou e ainda gera, em certa medida, inúmeros debates no cenário educacional. A autora ressalta a diferença entre os movimentos de integração e inclusão. O primeiro trata-se de um movimento baseado na concepção de inserção parcial do aluno em que há uma seleção prévia daqueles que são considerados aptos

para frequentar as classes e escolas comuns. No entanto, a inclusão se apresenta de forma totalmente oposta ao conceito anterior, pois visa a introdução de todos os alunos de forma radical, completa e sistemática no ensino regular.

De acordo com Mousinho (2010, *et al*), diversos documentos foram gerados ao longo dos anos por organizações internacionais com o objetivo de evidenciar princípios orientadores para o acesso e o direito à educação das pessoas com deficiência. Com destaque para a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Conferência de Nova Déli (1993) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que são considerados mundialmente marcos históricos que favorecem a Educação Inclusiva e a criação deste novo paradigma.

Desse modo, a Declaração de Salamanca, com suas propostas e linhas de ação que contestam tanto a escola, o ensino comum e suas concepções tradicionais como a educação especial, torna-se uma referência para a educação desses indivíduos. Além disso, atribui à Educação Especial uma das suas maiores tarefas, a de suporte pedagógico especializado para o ensino comum em todas as etapas de escolarização. “Seu pressuposto básico é de que as escolas devem adaptar-se para atender a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e etc.” (GLAT; PLETSCHE, 2012, p.19).

É importante salientar que no final dos anos de 1980, devido a um significativo avanço da nossa sociedade para os caminhos da democracia, em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205:

A educação, direito de *todos* (grifo nosso) e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Além disso, em seu art.208, inciso III, a lei assegura que a educação será efetivada mediante a garantia de: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Isso também é previsto na Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu art.54, inciso III.

Seguindo a linha desses importantes avanços históricos, a LDBEN, Lei nº 9394/96, em consonância com o que já havia sido posto pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o

Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), defende em seu art.3º, inciso I, a garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Além disso, a legislação garante, em seu art.4, inciso III,

O atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996)

Dessa forma, a Educação Especial, conforme a LDBEN/96, e submetendo-se às concepções da Declaração de Salamanca, deve permear todos os níveis da educação e promover a inclusão de todos os alunos com deficiência, através de recursos e estratégias específicos e adequados a cada caso, estabelecendo parcerias com outros órgãos da comunidade.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que está em vigor, em seu capítulo V, dedica-se exclusivamente à Educação Especial, estabelecendo-a como uma modalidade escolar, que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Nesse sentido, determina-se que esta modalidade de educação deve ser ofertada desde a educação infantil estendendo-se ao longo da vida acadêmica do estudante. Dessa forma, a Educação Especial é considerada como um conjunto de recursos educacionais e métodos de apoio que ofereçam diferentes alternativas de atendimento especializado para seu público-alvo⁶, proporcionando e afirmando sua inclusão.

Segundo Glat e Pletsch, a Educação Especial é uma

área de conhecimento, de origem multidisciplinar [que] agrupa profissionais, técnicas, recursos e metodologias específicas. No âmbito da educação escolar, caracteriza-se como serviço especializado substitutivo, complementar ou suplementar, para o ensino desse alunado. (GLAT; PLETSCHE, 2012, p.17)

Dessa forma, o atendimento educacional destinado aos alunos com deficiência é tradicionalmente considerado responsabilidade da Educação Especial. Além disso, as autoras ainda complementam que

⁶De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, compõe o público-alvo da Educação Especial alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

a educação especial se configurou como sistema educacional paralelo, com escolas e classes especiais, compostas por alunos com o mesmo tipo de deficiência, atendidos por professores especializados. Nas últimas décadas, entretanto, em resposta às novas demandas e expectativas sociais, os profissionais da educação especial têm-se voltado para a busca de alternativas menos segregativas de absorção desses educandos nas redes escolares. (GLAT; PLETSCHE, 2012, p.17)

O Decreto nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando sua atuação complementar ao ensino regular. Dessa forma, ela se apresenta como um complemento para a formação dos alunos público-alvo da Educação Especial, isto é, não substitui o ensino nas escolas e classes regulares. Além do mais, em 2001 é estabelecido o Parecer CNE/CEB nº 17/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Com o objetivo de cumprir com o disposto na Constituição Federal e nos artigos 58, 59 e 60 do Capítulo V da LDBEN (9394/96), tal diretriz corrobora com o que já havia sido previsto anteriormente nas legislações, decretos e propostas de políticas públicas desenvolvidas exclusivamente para as pessoas com deficiência e/ou que tratam de suas especificidades.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou em centro especializado que realize esse serviço educacional.

Conforme as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Brasil, 2009), o AEE deve ser realizado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola da rede regular no contraturno, não sendo substitutivo ao ensino comum. Além disso, é estabelecido como suporte/apoio para alunos com deficiência e deve ser oferecido como complemento e suplemento ao ensino comum, e não como espaços substitutivos de escolarização, como classes e escolas especiais. Nessa perspectiva, de acordo com o Decreto n. 6571/2008, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), as diretrizes preveem que os alunos

devem possuir matrícula na classe comum de ensino regular e no atendimento educacional especializado.

O Decreto 7.611 de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, sobre o atendimento educacional especializado e dá outras providências, flexibiliza a forma de oferta e financiamento do AEE. Dessa forma, os alunos recebem atendimento educacional especializado no contraturno nas suas próprias escolas, em outras escolas ou em centros de atendimento especial conveniados com o Poder Público. Todavia, é necessário que os alunos estejam matriculados em escolas públicas da rede de ensino regular. Nesse sentido, em seu art. 2º, o decreto compreende tal suporte como um “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente.”

Sendo assim, leis e decretos instituídos ao longo de todo o processo de efetivação das políticas de inclusão escolar asseguram o direito desse alunado ao AEE e ao acompanhamento de um profissional de apoio que os auxilie nos seus afazeres referentes ao ambiente educacional. É importante ressaltar que a Lei Berenice Piana (nº 12.764/2012), que tem por objetivo elaborar diretrizes e propostas para as pessoas com transtorno do espectro autista, estipula penalidades ao gestor que recusar a matrícula desse alunado. Ademais, segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº13.146/2015), é ilegal a cobrança de custos adicionais pela escolarização dos sujeitos em processo de inclusão, considerando que, perante a lei, esse processo é de responsabilidade da escola, seja ela da esfera pública ou privada. Porém, tal exigência não é suficiente para impedir que em alguns casos os responsáveis dos alunos arquem com a remuneração do agente de apoio à inclusão.

Além disso, o atendimento educacional especializado tem sido possível através dos profissionais que cumprem as diferentes funções de suporte pedagógico para os alunos público-alvo da Educação Especial.

Contudo, é necessário compreender quem é esse profissional de apoio mencionado nas legislações, qual a formação necessária para a atuação desses indivíduos e, além disso, refletir sobre qual seria a formação mais adequada para esses sujeitos. A falta de regulamentação e objetividade nos documentos legais impede que essas perguntas tenham respostas sólidas e definitivas.

Os dados até aqui apresentados têm por objetivo ilustrar os avanços nas políticas públicas em termos de legislação acerca da inclusão escolar. Na prática, ainda há questões que precisam ser vistas e revistas com mais atenção, principalmente, a respeito do profissional adequado para atender esses alunos e auxiliar os professores regentes.

A FIGURA DO MEDIADOR ESCOLAR - O “PROFISSIONAL” DE APOIO NA SALA DE AULA REGULAR

Inserido em um contexto de suporte pedagógico complementar, dentro da Educação Especial, juntamente com as demais modalidades de atendimento educacional especializado de apoio para alunos com necessidades educacionais incluídos como o ensino itinerante e a bidocência, encontra-se a mediação dos processos de aprendizagem. Nessa perspectiva, surge a figura do mediador ou facilitador de aprendizagem, que de acordo com a definição de Glat e Pletsch

é um elemento (pode ser um estagiário) de apoio ao professor da turma comum em que haja algum aluno especial incluído que necessite de atendimento mais individualizado. Sua principal função é dar suporte pedagógico às atividades do cotidiano escolar – sem, com isso, substituir o papel do professor regente. O mediador acompanha o dia a dia do aluno, realizando, em concordância com a equipe escolar, as adaptações necessárias para o desenvolvimento de sua aprendizagem. No caso de alunos com deficiências motoras severas ou múltiplas, o mediador também auxilia nas atividades de vida diária e locomoção na escola. (GLAT; PLETSCHE, 2012, p.24).

A mediação escolar surgiu como uma possibilidade, uma maneira de garantir não somente o acesso, mas também a participação e a aprendizagem do estudante (VARGAS e RODRIGUES, 2018). A figura do mediador é vista como uma medida de apoio à escolarização do alunado com deficiência.

No Brasil, tal suporte pedagógico foi inspirado em experiências concretizadas em países estrangeiros, portanto, a imagem do mediador escolar passa a ser mais comum a partir dos anos 2000, porém sem nenhum registro sistemático. Esse “profissional de apoio” surge para acompanhar os alunos que necessitavam de auxílio nas salas de aula e era orientado pelos profissionais que acompanhavam as crianças nas terapias de apoio, segundo Mousinho (2010, *et al*). Nesse sentido, a formação do mediador escolar pode estar relacionada às áreas da

Saúde ou da Educação. Entretanto, é comum encontrar esses indivíduos atuando nas escolas sem possuir formação específica ou nem mesmo serem graduandos das áreas citadas.

A necessidade da presença desse sujeito nas escolas surge da urgência de fornecer atendimento educacional especializado aos alunos incluídos de acordo com o que é recomendado pelas leis e proposto pelos princípios da Educação Inclusiva. É a partir disso que a representação do mediador escolar se torna mais frequente nas escolas privadas, logo em seguida, nas escolas públicas.

De acordo com Vargas e Rodrigues (2018), ainda que a mediação escolar não seja uma realidade para todas as escolas, a garantia da oferta de profissionais de apoio escolar para essas pessoas encontra suporte legal na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (nº 13.146/2015) como o disposto em seu art. 28. Apesar de as legislações não utilizarem o termo “mediação escolar”, todas elas garantem para as pessoas com deficiência um profissional de apoio escolar ou um acompanhante especializado.

Mousinho (2010, *et al*) aponta que ainda que garantam a presença desses profissionais no ambiente educacional, há falta de transparência acerca do papel do mediador escolar nos documentos legais. Embora o trabalho de mediação escolar seja considerado uma forma de concretizar o que está disposto nas leis, a não regulamentação desta ocupação, evidencia a fragilidade e a informalidade do seu ofício. (VARGAS e RODRIGUES, 2018)

No município do Rio de Janeiro, mediante o Projeto de Lei nº. 1565/2012, foi criada a função de agente de apoio à educação, categoria funcional do quadro permanente do Poder Público. De acordo com o Anexo I previsto no Projeto de Lei, a descrição sumária para esta categoria seria

prestar apoio nas atividades executadas pelo Professor Regente e/ou Direção, contribuindo para o oferecimento de espaço físico e de convivência adequados à segurança, ao desenvolvimento e ao bem-estar social, físico e emocional das crianças/alunos, nas dependências das unidades de atendimento da Rede Pública Municipal, em especial, em unidades de Educação Infantil, **em salas de aulas com alunos incluídos (grifo nosso)**, Salas de Informática e Laboratórios de Ciências.(BRASIL, 2012)

Além disso, uma das atribuições específicas da ocupação é “apoiar o processo de inclusão do aluno com deficiência”. Como qualificação indispensável para o exercício do cargo, o agente necessita apenas ter Ensino Médio completo. Além disso, a prática de

contratar estudantes de graduação para exercer tal função é comum nas escolas do município do Rio de Janeiro.

Mousinho (2010, *et al*) menciona que após ser difundida a ideia da inserção da figura do mediador escolar no contexto educacional, passa a ser evidente a necessidade de se aprofundar nas questões relacionadas ao trabalho, à formação e às atribuições adequadas para o exercício das funções desse profissional. Entretanto, os diferentes modos de se referir a este sujeito inviabilizam a consolidação de pesquisas mais amplas sobre a temática.

No Brasil são diversas as nomenclaturas utilizadas, como por exemplo, facilitador escolar, agente educacional, profissional de apoio, paraprofissional entre outros. Nos diferentes estudos selecionados e consultados para esta pesquisa encontramos com facilidade o uso das aspas nas palavras profissional, mediador, assistente e facilitador ao fazer menção a este indivíduo. O termo profissional de apoio aparece na LBI, por outro lado, acompanhante especializado é o termo utilizado na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (nº 12.764/2012). Porém, em nenhum dos dispositivos há a especificação sobre a formação exigida ou especialização adequada.

Além disso, Glat e Pletsch (2013, p.53) mencionam a expressão “prestador de serviços” para definir o mediador escolar, que de acordo com as pesquisadoras é “frequentemente um estagiário ou universitário em formação, que permanece em sala de aula para monitorar as ações e acompanhar o aluno com necessidade especial” (*idem*). Ademais, as autoras enfatizam que não cabe ao mediador escolar participar dos planejamentos, nem das reuniões escolares, visto que, “ele não está lá como um profissional da escola, mas como um auxiliar que, no melhor dos casos, segue as orientações do professor da turma” (*ibidem*).

O mediador escolar está inserido nos diferentes ambientes escolares, podendo exercer suas tarefas dentro e fora da escola quando necessário, como por exemplo, em atividades culturais e/ou de objetivo pedagógico. Além de atuar como um auxiliar do aluno fornecendo apoio de forma mais individualizada para o educando, o mediador desempenha a função de ajudar o professor regente em sala de aula. Porém, é necessário compreender os limites de sua atuação, pois a presença desse sujeito no contexto escolar deve ser entendida como um agente de apoio à inclusão do aluno sem que substitua ou assuma o papel do docente.

Como aponta em seu estudo, para Mousinho “a principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldades de interpretação e ação” (2010, *et al*, p.95). O termo mediador escolar é apresentado pela autora, que compreende que o trabalho desse profissional está de acordo com a função daquele que “media e mediar significa estar no meio de dois pontos” (2010, *et al*, p.93).

A escolha pela expressão “mediador”, “mediador escolar” e/ou “estagiário de mediação escolar” baseia-se na experiência que deu origem a este trabalho. Através dela foi possível constatar que os indivíduos contratados pela prefeitura do Rio de Janeiro eram comumente denominados dessa forma, tanto entre os próprios estagiários como pelos funcionários da CRE e das escolas onde atuavam.

CAPÍTULO 2 – MEDIAÇÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E DIDÁTICAS

2.1 MEDIAÇÃO ESCOLAR E A TEORIA DA APRENDIZAGEM MEDIADA

Lev S. Vigotski é um teórico sócio-interacionista de muita influência nas áreas da Psicologia e da Educação. Em relação ao desenvolvimento humano, suas teorias e estudos são pautados na dimensão social das relações humanas. Nesse sentido, para ele, o modo como o intelectual das crianças é desenvolvido está diretamente atrelado à função das interações sociais e ao meio sócio-cultural em que estão inseridas. Portanto, influenciam na formação do seu pensamento e agem de forma significativa sobre o desenvolvimento do seu aprendizado.

No que tange ao funcionamento do cérebro humano, suas concepções tratam da ideia de que as funções psicológicas superiores são construídas ao longo da história social do homem. Além do mais, o autor compartilha da teoria de que o cérebro humano possui plasticidade e pode se moldar de acordo com o seu desenvolvimento social e individual, não sendo suas funções mentais imutáveis e fixas.

A teoria marxista foi uma grande influenciadora nas investigações e conceitos de Vigotski, que considerava tal concepção uma fonte científica de grande valor. Dessa forma, o autor foi o primeiro a correlacionar as teorias de cunho social e econômico desenvolvidas pelos teóricos Karl Marx e Friedrich Engels a questões sólidas sobre as funções psicológicas da mente humana e seu processo de aprendizado.

De acordo com a teoria marxista, o instrumento é o meio pelo qual o ser humano interage com a natureza transformando-a e, assim, transformando a si mesmo. Na perspectiva interacionista de Vigotski, o meio pelo qual o ser humano se comunica com o ambiente ao qual faz parte é através dos signos, ou seja, linguagem, escrita e sistema de números. É através desses signos que ocorre a mediação da aprendizagem humana, pois é na relação com o outro social que o sujeito se compreende como tal, desenvolvendo desse modo, as suas funções cognitivas.

Segundo Vigotski (2000), o aprendizado das crianças tem início muito antes delas ingressarem no ambiente educacional. Para o autor, “aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança.” (VIGOTSKI, 2000, p.110).

Porém, o aprendizado que acontece no período pré-escolar é distinto do que ocorre na escola. A aprendizagem escolar é sistematizada e concentra-se na apreensão de conteúdos científicos. Logo, a formação de conceitos científicos está ligada aos processos de instrução escolar e desenvolve diversas funções intelectuais como, por exemplo, a atenção voluntária, a memória lógica, a abstração e a capacidade para comparar e diferenciar. Sendo assim, é capaz de desenvolver as funções mentais e cognitivas do aluno.

No que diz respeito sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, especialmente no período escolar, com base nos estudos realizados pelo psicólogo russo, é necessário que a criança atinja um nível mínimo de maturação para que tal aprendizado aconteça. Entretanto, Vigotski chama atenção para o seguinte fato: “[...] não podemos limitar-nos meramente à determinação de níveis de desenvolvimento, se o que queremos é descobrir as relações reais entre o processo de desenvolvimento e a capacidade de aprendizado.” (VIGOTSKI, 2000, p.111).

Nessa perspectiva, o teórico aponta dois níveis de desenvolvimento os quais ele denomina como nível de desenvolvimento real e nível de desenvolvimento potencial. A zona de desenvolvimento proximal (ZDP) atua como um elo entre os referidos níveis.

Segundo Vigotski o nível de desenvolvimento real é aquele em que determinados ciclos de aprendizado já foram completados. Além de definir as funções que já amadureceram ele representa todas aquelas tarefas que a criança já consegue executar sem o auxílio de outra pessoa.

Todavia, a zona de desenvolvimento proximal

é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VIGOTSKI, 2000, p.112).

Além disso, o autor define a zona de desenvolvimento proximal como

aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário.(VIGOTSKI, 2000, p.113)

A zona de desenvolvimento proximal pode ser definida com uma ponte que se localiza entre os dois pontos, ou seja, entre os níveis de desenvolvimento real e potencial. De forma

simples e objetiva, ela é um ponto intermediário entre o que o aluno já sabe e o que ele ainda vai saber, isto é, a zona de desenvolvimento proximal de hoje será o nível de desenvolvimento real de amanhã.

Observando em suas investigações que os testes padronizados aplicados para detectar o nível de aprendizado mental das crianças mediam apenas o que elas já tinham aprendido previamente, Vigotski modificou a forma de identificar tais níveis de desenvolvimento. Desse modo, ao receber ajuda em alguma medida de uma pessoa adulta para resolver determinados problemas, foi possível constatar que as crianças avaliadas conseguiam alcançar níveis mais altos de solução para aquelas questões. Diante disso, o autor afirma que com a intervenção de uma pessoa mais experiente “toda criança pode fazer mais do que faria sozinha - ainda que se restringindo aos limites estabelecidos pelo grau de seu desenvolvimento.”(VIGOTSKI, 1993, p.89).

Diante de tal perspectiva, a zona de desenvolvimento proximal trata-se do ponto onde o professor e/ou o mediador escolar atuam realizando intervenções e desenvolvendo estratégias pedagógicas para que o sujeito alcance determinadas habilidades e competências de tal forma que possa progredir em seu processo de aprendizagem. Além disso, serve como uma espécie de instrumento para o educador ao possibilitar uma maior compreensão sobre o funcionamento interno do desenvolvimento cognitivo. Dessa forma, a função de mediador entre o aluno e o potencial aprendizado é desempenhada pelo profissional da educação que se torna uma ponte entre os conhecimentos científicos e o educando.

Para Vigotski, aprendizado não é o mesmo que desenvolvimento de acordo com o ponto de vista levantado em seus estudos. Segundo o autor, o aprendizado cria a zona de desenvolvimento proximal, ou seja, é ele quem estimula o desenvolvimento das funções mentais do aluno, quando organizado de forma adequada. Para ele, o aprendizado é capaz de levar as crianças a novos níveis de desenvolvimento (VIGOTSKI, 1993). Além disso, o processo de aprendizagem desperta vários processos internos de desenvolvimento que são apenas possíveis quando realizados em cooperação e interação com o seu meio e os demais indivíduos que estão inseridos nele (VIGOTSKI, 2000). O processo de aprendizado é um aspecto importante do processo de desenvolvimento, porém eles não coincidem, pois o aprendizado ideal é aquele que se antecipa ao desenvolvimento. Para o autor, um processo se

converte no outro. Ou seja, o aprendizado se transforma em desenvolvimento mental que, por sua vez, abre espaço para a construção de novos aprendizados.

Nesse sentido, para cada aprendizado internalizado, mais oportunidades de alcançar novos aprendizados a criança possui.

Freire aponta nesse sentido ao dizer que:

Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. (FREIRE, 2015, p.30)

Dessa maneira, entender e conhecer o que o aluno já sabe é essencial para estimular o desenvolvimento do seu potencial máximo e, assim, desenvolver aquilo que ele ainda não sabe, mas que com ajuda hoje poderá ser capaz de executar sozinho futuramente. Ainda de acordo com Freire (2015), trabalhar a produção do conhecimento ainda não existente faz parte do ciclo de aprendizagem.

Em vista disso, ações devem ser traçadas com o objetivo de proporcionar condições ao aluno de se tornar cada vez mais independente e autônomo para que a presença e a assistência do mediador escolar sejam cada vez menos necessárias. O aprendizado organizado de forma que estimule o desenvolvimento mental, assim como habilidades e competências que ainda não foram alcançadas, torna possíveis processos de desenvolvimento que não seriam atingidos voluntariamente. Para que esse aprendizado ocorra de forma positiva é necessário utilizar recursos pedagógicos para intervir nesse processo. Para tanto, é necessário ter um mínimo de conhecimento pedagógico. Além disso, para proporcionar um pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência é necessário romper com a ideia de que esses sujeitos não aprendem, tampouco desenvolvem suas funções cognitivas.

É necessário que a criança seja conduzida para aquilo que ela ainda não é capaz de fazer. O aprendizado deve se voltar para os seus pontos fortes. Para Vigotski,

o que a criança é capaz de fazer hoje em cooperação, será capaz de fazer sozinha amanhã. Portanto, o único tipo positivo de aprendizado é aquele que caminha à frente do desenvolvimento, servindo-lhe de guia: deve voltar-se

não tanto para as funções já maduras, mas principalmente para as funções em amadurecimento. (VIGOTSKI, 1993, p.89).

Diante do exposto, é possível considerar o mediador escolar como um agente ativo de mediação do processo de aprendizagem. Sendo assim, auxiliar e estimular o aluno de tal modo que esse sujeito alcance novos conhecimentos e diferentes etapas de desenvolvimento são competências necessárias para que o mediador exerça sua função adequadamente.

2.2. DOCÊNCIA, DIDÁTICA E FORMAÇÃO: REFLEXÕES PARA O TRABALHO DO MEDIADOR ESCOLAR

De acordo com Candau (2012), o processo de ensino-aprendizagem está sempre presente na experiência humana, seja direta ou indiretamente. Além disso, ele é multidimensional, isto é, possui várias dimensões. Sendo assim, diante da perspectiva educacional e da prática educativa, para sua melhor compreensão é necessário tecer uma análise que envolva três principais dimensões: a humana, a técnica e a político-social. Pensar tais dimensões de maneira isolada e descontextualizada é anular o sentido da ação pedagógica.

A dimensão humana é aquela em que o relacionamento interpessoal, ou seja, a relação entre duas ou mais pessoas, é um elemento primordial para que o ser humano se desenvolva. Dentro do ponto de vista da abordagem humanista o processo de ensino-aprendizagem é considerado através de uma concepção que exige uma conduta mais subjetiva e afetiva. Para Candau (2012), o componente afetivo atravessa a dimensão humana e se faz presente em toda a sua dinâmica. Sobre as atitudes imprescindíveis que se deve ter nessa dimensão a autora destaca a empatia, o calor e o afeto. Abordagem semelhante pode ser encontrada no conceito de dimensão humana e social de Vigotski que, inclusive, é o alicerce para a sua noção de desenvolvimento humano. Com base na teoria interacionista, é na relação com o outro que você aprende, ensina e, conseqüentemente, se desenvolve.

Entretanto, enquanto a dimensão humana se debruça sobre os aspectos subjetivos considerando as questões de empatia e afeto, a dimensão técnica se encarrega de cuidar da organização das melhores condições e ferramentas para ocasionar a aprendizagem. Pode ser representada pelas estratégias de ensino e perpassa todo o processo desde a seleção de

conteúdos até os modos de avaliação. Ela é o “que fazer” (CANDAU, 2012) da ação docente, é intencional e quando não se abre para a subjetividade dos alunos se torna descontextualizada, assumindo caráter excludente. Nesse sentido, é encarada como uma receita de “como fazer”, admitindo o pensamento de que um único método é capaz de alcançar a todos da mesma forma. Porém, a técnica é importante e não pode ser descartada, pois de acordo com Candau (2012):

o domínio do conteúdo e a aquisição de habilidades básicas, assim como, a busca de estratégias que viabilizem esta aprendizagem em cada situação concreta de ensino, constituem problemas fundamentais para toda proposta pedagógica. (CANDAU, 2012, p.15)

Por fim, a dimensão político-social trata dos aspectos que são parte da essência do processo. No ambiente escolar tratamos com todos os tipos de sujeitos, crianças e indivíduos com experiências próprias, realidades distintas, culturas e subjetividades diversas. Portanto, a partir do momento em que a prática pedagógica é contextualizada levando em conta esses aspectos estaremos nos dedicando à dimensão político-social.

A separação e o isolamento entre as dimensões humana, técnica e político-social nos conduz a uma prática puramente tecnicista que entende a educação e o processo de aprendizagem como um depósito de conhecimentos. Ao que Paulo Freire (2015) denomina como a concepção de uma educação bancária em que os educandos são meros receptores dos conteúdos e os professores são os únicos que detêm os saberes. Nesse sentido, aqueles que não se encaixam ou se moldam aos métodos tradicionais de ensino são tidos como “anormais” e incapazes. Através de seus pensamentos o autor chama a atenção para o caráter excludente e opressor da escola tradicional, reflexo das desigualdades sociais, que deixa à beira da margem tudo e todos aqueles que destoam do padrão construído pela sociedade e reafirmado por ela.

Nessa perspectiva, Vargas e Rodrigues (2018) apontam no sentido de mais uma reflexão. As dificuldades encontradas no cotidiano da inclusão escolar e sua efetivação não estão apenas entrelaçadas à falta de formação adequada dos docentes e as especificidades dos alunos. Tais questões perpassam pelo fato de a escola atender aos moldes tradicionais que visam a docilização dos corpos e adestramento das mentes. Ou seja, “a escola [comum/regular] não foi constituída para os “indomáveis” e “inadestrados” (VARGAS; RODRIGUES, p.3).

No ambiente educacional é comum que entre os profissionais da educação haja a expectativa de que os alunos tidos como especiais se adaptem as metodologias de ensino tradicionais das escolas regulares ou, caso contrário, entende-se que não são capazes de aprender. Dessa forma, não é considerada a necessidade de estimular suas capacidades, habilidades e competências admitindo a inclusão escolar como um processo puramente voltado para a socialização e ao “cuidar” desses sujeitos. Nesse sentido, a escola se torna um depósito de crianças com deficiência. Para Vargas e Rodrigues (2018, p.3), “incluir, de fato, só será possível com a construção de uma nova escola, uma escola de todos, menos seletiva, menos rígida, descolada do foco na instrução/reprodução de conteúdos...”. Além disso, Glat e Pletsch (2012) apontam que a maioria dos alunos tende a fracassar e evadir do ambiente educacional, pois encontram dificuldades em aprender da maneira que estão sendo ensinados. Ou seja, não é o aluno que possui problemas em aprender, mas as formas e metodologias de ensino é que precisam ser reformuladas.

Portanto, a articulação entre as três principais dimensões do processo de ensino-aprendizagem consiste em uma didática fundamental como menciona Candau (2012). A didática representa as metodologias de ensino, isto é, evidencia as técnicas que o professor irá utilizar para ensinar. Ela é a busca de alternativas para os problemas da prática pedagógica e é orientada por duas questões primordiais: 1) o que fazer e 2) como fazer. Dessa forma, além do domínio dos conteúdos é de extrema importância possuir o conhecimento de quais recursos serão necessários e utilizados em sala de aula assim como ter a noção de que maneira aplicá-los. Nesse sentido é essencial que teoria e prática estejam sempre juntas, interligadas.

Se o processo de ensino-aprendizagem é parte da experiência humana, de certo que, a educação se faz presente o tempo todo em nossas vidas. Segundo Luckesi (2012), somos educadores e educandos ao mesmo tempo. Nesse caso, não há necessidade de uma preparação específica para ser educador, pois nossa formação ocorre nas nossas relações pessoais e sociais. Aprendemos com o nosso meio através das relações e experiências que construímos ao longo de nossas vidas. Entretanto, há o professor que para se tornar educador necessita ser submetido previamente a um processo formal de aquisição de conhecimentos e habilidades. Processo esse que exige anos de formação específica para tal. Para o autor, formar o profissional da educação é prepará-lo filosófica, científica, técnica e afetivamente para o exercício da prática docente. Contudo, além da preparação sistemática e rigorosa para atuar no

magistério é necessário impulsioná-lo a refletir diariamente sobre a sua prática pedagógica. Sem essa reflexão, o professor não tem consciência do seu papel, não entende que suas ações ou a falta delas interferem no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, está ali apenas para cumprir com a função sem ao menos refletir sobre ela.

Diversos estudos apontam que um dos maiores impedimentos para a implementação de efetiva qualidade da inclusão escolar é oriunda da precária formação dos professores (GLAT; PLETSCH, 2012). A dificuldade de lidar com alunos com deficiência e a falta de capacitação dos educadores para trabalhar com esse alunado se apresenta como uma das maiores barreiras e é evidenciada pelos próprios profissionais. Dessa maneira, entendemos que se faz urgente a reinvenção da formação tradicional dos professores de modo que a prática docente possa se abrir para ações inovadoras, que estimulem a criatividade e a descoberta. Sendo assim, a ação pedagógica é direcionada para práticas que atendam a concepção de uma educação transformadora e libertadora.

Diante da ausência de formação adequada que permita que os professores consigam atender as demandas e as necessidades dos alunos incluídos, a prática docente exige estar atenta a alguns aspectos. Para uma ação pedagógica de qualidade e favorável para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos é necessário que se assuma uma postura ética, de compromisso com a educação e com seus educandos. Para tanto, é necessário a busca por conhecimentos específicos que possibilitem aos professores desenvolver saberes e habilidades os quais ele domine. Além disso, é preciso estar atento ao uso desses saberes de forma contextualizada refletindo sempre acerca de que modo fazer, como aplicar esses conteúdos e recursos e mais, o porquê utilizá-los e não outros. É essencial entender que a ação docente é intencional e que precisa ter objetivos. Dessa forma, tais ações permitirão que o professor se torne um profissional reflexivo, crítico e autocrítico.

Além disso, para que haja a efetivação da inclusão escolar com qualidade e de forma justa para todos é necessário haver transformação na prática pedagógica através de currículos mais abertos a adaptações, mudanças na estrutura física das escolas, investimento na formação continuada dos docentes entre outros aspectos. É evidente que o acesso e a permanência desses indivíduos nas classes e escolas regulares beneficiam e geram melhorias na socialização dos alunos, porém, as políticas de inclusão devem ir além dessas propostas. É necessário compreender também que é de extrema importância garantir e oportunizar o

desenvolvimento e a aprendizagem de conteúdos, habilidades e competências sempre de maneira contextualizada, ou seja, de acordo com o que está sendo ensinado na classe a qual o aluno está incluído. Dessa forma, será possível que o educando se desenvolva de forma significativa social e academicamente favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

É importante salientar que por estar inserido em um contexto escolar atuando diretamente com crianças e jovens que necessitam de auxílio pedagógico entendemos o estagiário de mediação escolar como um profissional da educação. Portanto, necessita ser analisado dentro da perspectiva do contexto educacional e de todos os seus entraves e possibilidades, apesar de toda a controvérsia em relação à formação adequada e as atribuições necessárias para o ofício da mediação escolar.

CAPÍTULO 3 – CAMINHOS PARA A PESQUISA

Para a coleta de dados que serviram de análise para esta investigação foi elaborado um memorial com as experiências vividas por mim durante o período em que atuei como estagiária de mediação escolar em uma escola pública do município do Rio de Janeiro. Além disso, foi produzido um questionário com perguntas semi-estruturadas, que foi aplicado durante entrevista com cinco estagiários de mediação escolar que acompanharam alunos com deficiência em duas escolas da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. As entrevistas foram feitas no período entre setembro e dezembro de 2018.

Durante a preparação do memorial, busquei recordar todo o caminho trilhado por mim desde o dia em que soube da disponibilidade da vaga de estágio remunerado até as últimas situações que vivenciei dentro da instituição escolar. Como por exemplo, minha chegada à escola, as atividades e trabalhos que exerci durante o período em que atuei na função e os avanços no desempenho acadêmico e comportamental do meu aluno. Esse processo permitiu que eu recordasse a minha experiência trazendo elementos que fossem relevantes para a investigação. Sendo assim, em diversos momentos recorri a esse relato para construir este trabalho. Além disso, através do memorial foi possível pensar na elaboração de um roteiro para o questionário⁷ e quais perguntas seriam feitas aos sujeitos que foram entrevistados.

É importante ressaltar que minhas memórias como estagiária de mediação escolar foram essenciais para que eu pudesse, do lugar de estudante de Pedagogia, refletir acerca do meu percurso como mediadora e também meditar sobre a minha trajetória como estudante na graduação, permitindo lembrar de todos os recursos que a mesma me forneceu.

Sobretudo, os dados recolhidos a partir das entrevistas possibilitaram compreender de forma mais precisa o perfil dos estagiários de mediação escolar. Nesse sentido, o conteúdo proporcionou que fossem reveladas informações relevantes como, por exemplo, de que forma esses estudantes chegaram as suas escolas, como souberam da vaga, quais os recursos eram oferecidos pelas instituições onde estagiaram, a necessidade educacional especial dos alunos que eles acompanhavam e a percepção dos mediadores sobre seus educandos.

Além disso, esta pesquisa permitiu desvendar aspectos importantes, tais como: a) a compreensão dos estagiários sobre o que é mediação escolar; b) as funções e as atividades

⁷O referido roteiro encontra-se em anexo. Ver Anexo A.

exercidas por esses indivíduos; c) as dificuldades e os desafios enfrentados pelos mediadores e quais as estratégias eram utilizadas para transpor as adversidades; d) a formação acadêmica desses sujeitos e; e) o impacto da formação inicial dos estagiários de mediação escolar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência.

3.1 MEMORIAL DE EXPERIÊNCIAS

Durante o período de um ano e meio desempenhei a função de mediadora escolar em uma instituição da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Além disso, após o término do contrato com a prefeitura, durante um semestre letivo cumpri horas de Prática de Ensino em Políticas e Administração Educacional no mesmo ambiente escolar. Nesse sentido, os dados que foram utilizados para compor este memorial são oriundos das minhas memórias a partir das vivências e experiências que tive na instituição e das informações obtidas através de entrevistas realizadas com funcionários e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola⁸.

A ESCOLA

A escola está localizada no bairro do Maracanã, muito próximo à estação do metrô de São Cristóvão e ao Estádio Jornalista Mário Filho, popularmente conhecido como Maracanã. O público de alunos que frequenta a escola é em sua maioria moradores do bairro de São Cristóvão. Os demais alunos são moradores do morro do Turano, da comunidade do São Carlos e dos bairros do Rio Comprido e Tijuca. Sendo assim, muitas crianças chegam à escola de transporte público e cerca de 10% desses alunos vão para a escola de transporte alugado pelos responsáveis.

A instituição oferece vagas para o Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) e, além disso, a escola também possui uma turma de 6º ano experimental⁹. A escola recebe um total de 315 alunos¹⁰ que estão distribuídos em 12 turmas entre os períodos da manhã e da tarde.

⁸O estágio foi realizado no período referente ao segundo semestre letivo de 2018. Nesse sentido, as informações apresentadas são referentes ao mesmo período.

⁹A classe experimental faz parte de um projeto implementado pela prefeitura do Rio de Janeiro desde o ano de 2011. O objetivo do projeto é minimizar os impactos emocionais causados nos alunos da faixa

É importante ressaltar que a instituição é considerada pela comunidade escolar como uma escola de muita qualidade. Nesse sentido, um aspecto significativo que pode ser salientado sobre a escola são as suas notas em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Desde o ano de 2007, a escola vem ultrapassando as metas propostas para a instituição. No ano de 2019, a escola alcançou a nota 7,1 ultrapassando a meta proposta de 6.7¹¹.

Além disso, a escola é reconhecida por seu intenso e cuidadoso trabalho de inclusão das pessoas com deficiência e através do seu projeto político pedagógico explicita acreditar que a interação dos demais alunos com esses estudantes é primordial para que aprendam a respeitar as diferenças e para a formação de cidadãos mais tolerantes. Segundo as informações recolhidas com a diretora da escola, o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas turmas regulares é decidido de forma conjunta entre a direção e os professores. Dessa forma, os profissionais avaliam e analisam se o aluno possui as condições adequadas para ser transferido para uma classe regular, com base nas discussões realizadas entre gestão e professores e conforme o laudo médico do estudante. Nesse sentido, caso algum aluno apresente dificuldades acentuadas de aprendizagem que possam estar relacionadas a algum transtorno ou síndrome que necessite de acompanhamento específico e/ou individualizado, o responsável por esse indivíduo é convidado a comparecer à escola para conversar.

A escola possui uma classe especial que atende cerca de 12 alunos com deficiência na parte da manhã. Ademais, os alunos encaminhados para a escola pelo Instituto Municipal Helena Antipoff (IHA)¹² são comumente incluídos diretamente nessa turma. Além disso, a instituição dispõe de duas salas de recursos, cada uma com uma professora responsável pela sala. Nesse espaço ficam guardados diversos materiais e recursos como, por exemplo, o

etária entre 11 e 12 anos, período em que costumam passar do 1º segmento para o 2º segmento do Ensino Fundamental, por conta das mudanças tanto sobre o que diz respeito à quantidade de professores como na maior profundidade dos conteúdos.

¹⁰Atualmente o número total de alunos matriculados na escola é de 318. Este dado foi atualizado de acordo com as informações disponíveis em: <https://www.qedu.org.br/>. Acesso em: 26/02/2021.

¹¹Informações coletadas do site <https://www.qedu.org.br/>. Acesso em: 26/02/2021.

¹²O Instituto Municipal Helena Antipoff (IHA), órgão da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME), é responsável pela implementação das ações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008). Informação disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/iha-quemsomos>. Acesso em: 01/09/2020.

material dourado, jogos e brinquedos adaptados que são utilizados pelos professores e estagiários como ferramentas pedagógicas para auxiliar em suas aulas.

Em relação à acessibilidade, a escola possui duas rampas. A primeira fica na entrada da instituição e possibilita o acesso ao primeiro andar, onde se localiza um banheiro adaptado e a segunda rampa viabiliza o acesso ao segundo andar, local onde se encontram as salas de aula.

Por fim, é importante destacar um aspecto relevante em relação ao método de inserção dos alunos com deficiência nas classes regulares adotado pela instituição. Vale ressaltar que esse modelo está alinhado com o conceito de integração, pois exige dos educandos que estejam aptos e que atendam determinados requisitos para que sejam incluídos nas classes regulares.

O TRABALHO

O primeiro contato com meu aluno ocorreu em um dia de festa na escola, um baile à fantasia, pois na semana seguinte seria o feriado do carnaval. Inicialmente, Jonas possuía um laudo com o diagnóstico de Síndrome do X-Frágil o que, posteriormente, foi descartado. A primeira impressão que tive sobre ele foi que era um menino comum como todos os outros meninos de nove anos (idade do aluno na época) e que aparentemente não gostava de muito contato, diferente das outras crianças que desde o primeiro dia já me beijavam e abraçavam. Jonas fazia parte de uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental I que era composta por 30 alunos, a professora regente e mais duas estagiárias de mediação escolar, eu e a estudante de História, Sabrina.

Nos primeiros dias exercendo a função enfrentei a primeira de muitas dificuldades que teria que encarar pela frente. Quando cheguei à escola, a professora regente da turma me informou que Jonas não copiava do quadro, pois ele não compreendia as letras na forma de letra cursiva (formato que a professora utilizava para escrever no quadro). Ele apenas compreendia a escrita em letra de forma. No início eu ia ditando as palavras enquanto ele copiava no caderno. Ao perceber que levava muito tempo dessa forma, utilizei como estratégia copiar em um caderno o que estava sendo passado no quadro com a letra de forma e

ele copiava do meu caderno. Para ajudá-lo no reconhecimento das letras escrevi em uma folha de papel todas as letras do alfabeto nas duas formas, letra de forma e letra cursiva e entreguei para ele. Alguns meses antes de me desligar da equipe de estagiários observei que Jonas já estava copiando sozinho do quadro.

Em um dia comum de atividades em sala de aula meu trabalho era auxiliar Jonas em todas as suas tarefas. Eu sentava sempre ao seu lado, dessa forma, dividíamos a mesma mesa e dependendo das suas necessidades e dificuldades em relação aos exercícios eu fazia algumas intervenções. Como por exemplo, sinalizar a escrita de uma palavra de forma errada, ajudar a ler os enunciados das tarefas e buscar com ele as respostas das questões de acordo com os conteúdos disponíveis nos livros e apostilas e em seu próprio caderno.

Na hora de realizar os exercícios em sala de aula buscava sempre aguardar com paciência o aluno pensar nas respostas, quando percebia que ele estava confuso ou realmente não sabia responder eu lia mais algumas vezes as perguntas e, caso necessário, as formulava de outras maneiras para que ele pudesse compreender e chegar à resposta por conta própria. Toda essa dinâmica demandava um tempo que, na maioria das vezes, não tínhamos. Em diversos momentos quando estávamos no meio da atividade éramos interrompidos pelo horário do recreio ou pela troca de disciplinas que seriam trabalhadas pela professora naquele dia. Em muitos momentos os trabalhos ficavam incompletos e nem sempre conseguíamos retornar naquele exercício posteriormente.

De acordo com os dias da semana o tempo das aulas era dividido pelas disciplinas da grade curricular do primeiro seguimento do Ensino Fundamental. Sendo assim, em geral, um dia de aula era fragmentado em duas matérias. Em dias de muito conteúdo no quadro levávamos muito tempo para copiar, dessa forma, em diversos momentos, quando chegávamos à metade da cópia a professora já tinha mudado de disciplina ou já estava passando mais atividades no quadro. Em algumas ocasiões, antes mesmo de terminarmos os exercícios de Matemática, por exemplo, a professora já estava indo para outra disciplina. Esse aspecto dificultava em muitos sentidos o trabalho da mediação da aprendizagem do aluno, pois quando pensava em introduzir algum material de apoio para dinamizar e tornar mais compreensível a execução das tarefas eu sabia que faltaria tempo suficiente para utilizá-los e, isso também nos “atrasaria” ainda mais em relação ao restante da turma. Entretanto, vale

ressaltar que a dificuldade de acompanhar o conteúdo do quadro era compartilhada entre os demais alunos também.

Além disso, a falta de organização e escassez de tempo para incorporar outros materiais pedagógicos que apoiassem nossas atividades em sala de aula era somada à ausência de conhecimento sobre o uso adequado desses materiais. Ainda que os recursos estivessem disponíveis nas salas de recursos e acessíveis para a utilização era preciso ter conhecimento sobre como inseri-los nas atividades.

As provas eram realizadas com o meu auxílio em sala de aula junto com todos os demais alunos e quando as avaliações eram muito grandes e/ou continham textos extensos eu lia todo o conteúdo para ele assumindo sempre o cuidado de não fornecer as respostas para o aluno. Era comum no momento das provas ele ficar bastante nervoso e não conseguir responder as perguntas que costumava responder corretamente quando fazíamos os exercícios em sala de aula. Por conta disso, levávamos mais tempo para fazer as provas e em algumas ocasiões, quando não conseguíamos terminar dentro do tempo, a professora permitia que ele terminasse a avaliação em outro dia.

Nas aulas de Português, o maior desafio eram as atividades de produção escrita, pois o aluno tinha dificuldades de expressar os seus pensamentos de forma objetiva para que pudessem ser transcritos para o papel. Nesses momentos, minha estratégia era pedir que ele me contasse toda a estória oralmente e, aos poucos, eu formulava as frases e perguntava para ele se era realmente aquilo que ele estava pensando. Caso a resposta fosse positiva eu escrevia as frases em um caderno. Dessa forma, construíamos o texto juntos e quando a produção escrita estava completa eu ditava toda a estória para que ele mesmo pudesse escrevê-la. Para construir um texto completo, ou seja, com início, meio e fim levávamos um tempo significativo, pois era necessário sempre estimular que o aluno desejasse continuar a narração. Para isso, eu constantemente o indagava com perguntas como, “o que acontece depois disso?”, “ele/ela (personagem) estava sozinho/sozinha?”, “e como termina a estória?”, entre outros questionamentos. Meu objetivo não era direcionar os acontecimentos da sua produção textual, mas sim estimular a criação de uma escrita que atendesse aos requisitos solicitados pela professora, como coerência dos fatos e um número mínimo de linhas.

Vale ressaltar que as aulas de Matemática eram um desafio para mim. Desde sempre fui aluna de escolas públicas, e, considerando todas as dificuldades e problemas já conhecidos do sistema público de ensino, meus conhecimentos e habilidades na disciplina não eram suficientes para que eu auxiliasse de forma eficiente e com qualidade meu aluno. Em um primeiro momento, usávamos nossos dedos para realizar as contas matemáticas, porém com a introdução de operações matemáticas mais complexas, como operações de multiplicação e divisão com dois algarismos, minha dificuldade para auxiliá-lo se tornou mais intensa. Dessa forma, o material dourado foi uma ferramenta de extrema importância que ajudou significativamente na apreensão e compreensão dos conteúdos matemáticos não só para Jonas como para mim também. É necessário destacar que meu primeiro contato direto com este material foi em uma aula de Matemática em que a professora regente da turma utilizou a ferramenta pedagógica com os alunos. Dessa forma, foi observando a docente que aprendi a utilizar o material. Além disso, é importante dizer que a sugestão de utilizar o material dourado com Jonas partiu da professora da sala de recursos após uma conversa em que compartilhei com ela minhas dificuldades.

Nas aulas de Inglês tínhamos uma facilidade muito grande de trabalhar juntos, pois Jonas tinha muitas habilidades na língua estrangeira, como pronunciar as palavras com facilidade, reconhecer as palavras em inglês e traduzi-las para o português. Sendo assim, minhas intervenções eram menores eu apenas traduzia algumas palavras que ele não conhecia e explicava para ele qual era a dinâmica do exercício.

Nas aulas de Artes o aluno demonstrava certa impaciência em realizar as tarefas que a professora sugeria como, pintar, colar e recortar. Entretanto, Jonas gostava muito de desenhar, especialmente quando os desenhos eram livres, ou seja, podiam ser produzidos de acordo com o desejo dos alunos. Quando os desenhos tinham uma proposta direcionada como, por exemplo, um tema específico era mais difícil, pois o estudante demonstrava relutância em desenhar algo que não fosse da sua vontade. Nessas ocasiões, eu tentava contextualizar para ele o motivo da proposta da professora salientando a importância do desenho e buscava relacionar as idéias do aluno com a temática apresentada pela docente. As aulas de Artes eram sempre tranquilas, então eu aproveitava para ajudar as outras crianças e também a professora.

Nos trabalhos em grupo eu auxiliava na discussão e divisão de funções. Caso precisasse anotar atividades para casa, como pesquisas relacionadas ao tema do trabalho, eu

ajudava Jonas a anotar na agenda. Quando percebia que algumas crianças não o incluíam na divisão de tarefas ou demonstravam compreender que elas seriam realizadas por mim eu explicava para elas que minha função era auxiliar na preparação do trabalho, mas que a execução de seus deveres para com o grupo seria de responsabilidade dele e não minha.

No recreio e nas aulas de Educação Física eu o deixava livre, visto que ele não precisava de nenhuma atenção especial nesses momentos. Dessa forma, eu costumava ficar apenas de longe observando caso ele precisasse de alguma ajuda.

Jonas costumava contar muitas histórias e, nesses momentos, eu buscava sempre demonstrar bastante interesse fazendo perguntas sobre os personagens que ele criava e quais eram suas inspirações. O estudante possuía o hábito de falar muito sobre desenhos animados e personagens de *videogame* e aqueles que eu não conhecia solicitava para que ele me explicasse mais sobre. Dessa forma, aproveitava para conhecê-lo melhor e estimular a sua imaginação, pois ele sempre se mostrava muito criativo.

Para o desenvolvimento favorável do meu trabalho e para o progresso satisfatório do processo de ensino-aprendizagem de Jonas busquei construir um relacionamento de afeto e confiança com o estudante. Sempre conversávamos muito e firmávamos acordos, como por exemplo, caso terminássemos as tarefas antes do horário de saída podíamos conversar e brincar com os bonecos que ele sempre levava para a escola. Além do mais, construí uma relação muito próxima com a mãe do meu aluno, nos comunicávamos diariamente e quando ele apresentava qualquer mudança de comportamento devido ao uso ou a troca da medicação eu era comunicada diretamente por ela.

Em relação ao comportamento, Jonas nunca demonstrou ter atitudes agressivas ou violentas. Em algumas ocasiões, o aluno demonstrava timidez e costumava estar sempre com os mesmos amigos, dois apenas, mas mantinha uma relação amigável com o restante da classe. Com frequência, a escola promovia festas e eventos comemorativos e, constantemente, as turmas eram preparadas para apresentar uma dança ou uma encenação de acordo com a data ou tema da comemoração. Para estimular que Jonas participasse passei a ensaiar com ele as coreografias e em uma das festas me apresentei com ele e com a turma para impedir que ele desistisse de dançar porque estava com vergonha. É importante dizer que minha insistência para que o aluno participasse desse tipo de atividade se justifica pelo fato de

perceber que o estudante se interessava e demonstrava o desejo de fazer parte da apresentação, porém ficava com receio devido à timidez. Além disso, a interação com a turma proporcionava uma convivência mais próxima com os demais colegas.

Além do mais, no início da nossa relação mediador-aluno, Jonas apresentou certa resistência no que diz respeito à minha presença, tendo em vista que, o fato de estar ao lado dele sempre chamava muito a atenção das outras crianças. Além disso, Jonas ficava bastante irritado quando os demais alunos solicitavam minha ajuda para realizar as tarefas passadas pela professora. Na maioria das vezes, os estudantes surgiam todos ao mesmo tempo na nossa mesa dificultando, de certo modo, o meu trabalho com ele. As “visitas” se tornavam ainda mais frequentes, especialmente quando eu utilizava o material dourado para resolver as questões e exercícios de Matemática com Jonas. A princípio, o material se mostrou como uma novidade para as demais crianças que ficavam curiosas para saber que quadradinhos eram aqueles. Acredito que o interesse dos demais estudantes era gerado pelo fato de perceberem que o material poderia ser também trabalhado de forma individual, visto que a professora costumava usar o recurso com a turma de forma coletiva, principalmente nos momentos de correção de exercícios no quadro ou explicação de novos conteúdos. Logo, o material passou a ser utilizado para ajudar nas tarefas quase da turma inteira, pois muitos tinham bastante dificuldade com a disciplina.

De acordo com as minhas observações pude perceber que do instante em que cheguei à escola ao momento em que deixei de fazer parte do quadro de estagiários da instituição, o educando avançou muito em termos de sociabilidade. Um dos fatores que possibilitou essa observação foi o fato de o aluno aceitar participar das atividades coletivas da instituição e de sua turma, como participar das danças apresentadas nas festas da escola e em comemorações de datas festivas. Apesar de ter como amigos mais próximos apenas dois colegas de classe, mantinha uma relação saudável com as demais crianças como mencionada anteriormente. Além disso, criou também mais autonomia e segurança na hora de realizar os exercícios e provas.

Na minha concepção inicial, minha função como mediadora escolar seria atuar auxiliando a professora regente e apoiando o educando em suas tarefas. Além disso, seria minha atribuição tornar mais fácil todo o processo de ensino-aprendizagem para o aluno fazendo as adaptações que fossem necessárias. Apesar de receber apoio tanto da professora

regente da turma como da professora da sala de recursos, muitas vezes sentia dificuldades e não sabia muito bem como enfrentá-las. Aos poucos comecei a desenvolver as minhas próprias estratégias para contornar essas situações. Acredito que apesar da existência de algumas lacunas em minha formação, como por exemplo, a falta de uma abordagem mais aprofundada acerca das questões que envolvem a Educação Especial e a Educação Inclusiva nas disciplinas do currículo de Pedagogia, é evidente que as disciplinas cursadas anteriormente me ajudaram a pensar em ferramentas e recursos para ultrapassar as dificuldades. Um dos métodos que utilizava para contornar as situações de adversidade era relembra os debates construídos em sala de aula na faculdade. Muitas vezes, pensei em fazer uso dos materiais que ficavam disponíveis na sala de recursos, mas nem sempre tinha tempo para introduzi-los no cotidiano das nossas atividades. Atualmente, refletindo melhor sobre a minha vivência nesta função, acredito que tenha faltado conhecimento no sentido de como utilizar aqueles materiais e também faltava organização do tempo.

É importante dizer também que para a gestão escolar eu não era apenas mediadora do Jonas e sim estagiária da escola. Sendo assim, se algum outro estagiário faltasse e por conta disso alguma criança ficasse sem acompanhamento, eu era solicitada para ficar com esse aluno, pois apesar das suas dificuldades todos diziam que Jonas se “virava bem”. Às vezes, dependendo do dia, se ele estava mais calmo (como nos dias em que os alunos tinham aula de Educação Física), éramos dispensadas da responsabilidade de acompanhar o aluno para dar suporte a outro/a professor/a ou à direção. Era comum eu ser solicitada para realizar outras atividades demandadas pela gestão, como auxiliar outras professoras na confecção de murais e exposições e ajudar na decoração e preparação dos eventos e datas comemorativas da escola. Além disso, auxiliava os demais estudantes na realização dos exercícios, ajudava a professora quando precisava reorganizar a sala de aula, observava a turma durante o recreio, ajudava a professora a montar a coreografia das danças para as festas entre outras tarefas.

Segundo uma funcionária da instituição, eu era sempre solicitada pois tinham mais confiança no meu trabalho pelo fato de ser estudante do curso de Pedagogia. Por conta disso, acreditavam que eu tinha mais “jeito para a coisa” e que eu conhecia recursos que os demais estagiários de outros cursos não conheciam.

Após um ano e meio exercendo a função minha perspectiva sobre o conceito de mediação escolar se ampliou muito, pois com a experiência foi possível perceber que esse é

um trabalho que precisa ser feito em conjunto. Isto é, com o apoio da escola e da família, mas principalmente, é necessária a construção de uma relação de confiança, afeto e paciência entre o mediador escolar e a criança com deficiência. É essencial ter calma, tranquilidade e compreender que o processo de ensino-aprendizagem leva tempo e que cada aluno terá o seu. Por meio da experiência compreendi que a mediação escolar é uma forma de auxiliar aquele indivíduo sempre com o objetivo de potencializar as suas competências e habilidades de forma intencional para que se desenvolva a autonomia e a autoconfiança dos alunos. Além disso, foi possível constatar que é imprescindível uma formação adequada que permita um conhecimento mais aprofundado sobre os recursos pedagógicos disponíveis, as metodologias de ensino existentes e de que forma elas podem ser aplicadas proporcionando maior qualidade ao trabalho de mediação escolar.

3.2 ENTREVISTAS

Após a definição do percurso metodológico do estudo, a próxima etapa foi elaborar o questionário de perguntas semi-estruturadas que seria utilizado para entrevistar os sujeitos participantes. Todas as perguntas foram idealizadas com foco nas principais questões que gostaria de descobrir sobre tais sujeitos.

Obtive a autorização de todos os entrevistados para gravar as suas falas o que possibilitou que as mesmas fossem transcritas, permitindo a análise cuidadosa de seu conteúdo. O questionário foi dividido em duas partes: a primeira dedicou-se à identificação do perfil dos sujeitos (nome, idade, formação, instituição de ensino em que estudavam e o período que cursavam), e a segunda buscou conhecer as concepções de mediação e o trabalho desenvolvido pelos mesmos. Apesar de um roteiro ter norteado as entrevistas, de acordo com os elementos que surgiam durante as mesmas, outras perguntas foram realizadas aos entrevistados.

Dentre os cinco estagiários entrevistados quatro deles também fazia ou já havia feito parte da equipe de estagiários da mesma instituição¹³. No turno da manhã, a escola contava

¹³ Apenas uma das entrevistadas era estagiária de uma escola de outro bairro da cidade do Rio de Janeiro na época em que o questionário foi aplicado. Ela foi escolhida para a entrevista, pois é graduanda do curso de Pedagogia e estuda na mesma instituição que a autora dessa pesquisa.

com a presença de dois estagiários de mediação escolar, o estagiário Paulo, estudante do curso de Letras/Inglês e a estagiária Bruna, estudante do curso de Pedagogia. À tarde, faziam parte da equipe de mediadores eu, estudante do curso de Pedagogia; Sabrina, estudante do curso de Licenciatura em História e Samuel, estudante de Jornalismo. Sabrina e eu acompanhávamos alunos da mesma turma que, inclusive, eram amigos.

O quadro a seguir apresenta o perfil de cada um dos estagiários de mediação escolar que foi entrevistado para esta pesquisa.

Quadro 1 - Identificação dos estagiários de mediação escolar

Mediador escolar	Idade	Instituição	Curso	Período
Sabrina	20 anos	UVA	Licenciatura em História	6º período
Bruna	21 anos	UFRJ	Licenciatura em Pedagogia	10º período
João	24 anos	UERJ	Licenciatura em Letras – Inglês/Literaturas	9º período
Joseane	30 anos	UFRJ	Licenciatura em Pedagogia	10º período
Samuel	22 anos	UNICARIOCA	Bacharelado em Jornalismo	5º período

As informações a seguir são referentes ao contexto e condições das entrevistas. Isto é, os aspectos pertencentes ao horário, local e disponibilidade do entrevistado.

- Estagiária Sabrina: A entrevista foi realizada no dia 14 de setembro de 2018, no horário de almoço da entrevistada. Por conta disso foi uma entrevista breve, pois Sabrina precisava almoçar para voltar para a sua aula do turno da tarde. Nosso encontro foi na escola onde fizemos o estágio juntas, durante o período de um ano e seis meses em que éramos mediadoras de duas crianças da mesma turma. Na época da entrevista Sabrina não trabalhava mais na escola, pois

havia passado para o curso de Pedagogia no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e não teria como conciliar os horários¹⁴.

- Estagiária Joseane¹⁵: A entrevista foi realizada no dia 18 de setembro de 2018. A mesma ocorreu em uma sala de aula do campus da Praia Vermelha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, antes do início do turno da noite. Joseane não estava com pressa e tínhamos tempo suficiente para conversar antes de a aula do turno da noite começar. Na época da entrevista Joseane trabalhava há cerca de um ano como mediadora escolar em uma escola do município do Rio de Janeiro.
- Estagiária Bruna: A entrevista foi realizada no dia 27 de setembro de 2018. Da mesma forma em que ocorreu com Joseane, nosso cenário para a entrevista foi uma sala de aula localizada no campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, após uma aula do turno da manhã. Bruna estava disponível naquele dia e não estava com pressa, tínhamos tempo o suficiente para conversar antes de a entrevistada ir trabalhar. Na época da entrevista Bruna já havia saído da escola. A estudante atuou como mediadora na instituição durante um ano.
- Estagiário Paulo: A entrevista foi realizada no dia 06 de dezembro de 2018. Aproveitamos um intervalo durante a festa de final de ano da escola em que fizemos o estágio juntos para poder conversar, pois essa seria a única oportunidade em que nos encontraríamos. A conversa com Paulo aconteceu no refeitório da escola onde estávamos trabalhando como voluntários naquele dia e havia bastante movimentação de pessoas e muito barulho. Apesar de o entrevistado não estar com muita pressa, a entrevista precisou ser realizada com rapidez, pois a qualquer momento nossa ajuda poderia ser solicitada. Paulo esteve na função durante dois anos.

¹⁴A estudante Sabrina seguiu o curso de Licenciatura em História até o fim, pois já estava nos períodos finais da graduação. De modo concomitante, iniciou o curso de Pedagogia no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). Em sua entrevista a estagiária menciona que optou cursar a graduação em Pedagogia após a sua experiência como mediadora escolar.

¹⁵A entrevista com a estagiária se encontra em anexo. Ver Anexo B.

- Estagiário Samuel: A entrevista foi realizada no dia 06 de dezembro de 2018. Samuel foi entrevistado na mesma ocasião que Paulo. Samuel foi entrevistado na sala dos professores que no momento em questão estava repleta de pessoas entrando e saindo da sala. Na época da entrevista o estudante estava completando um ano e dois meses na função. Apesar de ter concordado de imediato a conceder a entrevista naquele dia o estudante não parecia muito confortável em responder as perguntas, respondendo de forma rápida, curta e evasiva, especialmente, nas perguntas referentes à sua formação.

CAPÍTULO 4 - MEDIADORES ESCOLARES: CONCEPÇÕES DE MEDIAÇÃO, FORMAÇÃO E TRABALHO

Em sua pesquisa Siqueira (2017) aponta que além da escassez de produções científicas sobre a temática há também a dificuldade em localizar registros legais que caracterizem a presença e a função dos mediadores no contexto escolar. Tal lacuna é em razão do profissional de apoio ser pouco referendado nas políticas públicas de inclusão no Brasil. Nesse sentido, em vista do cenário atual, o objetivo dessa pesquisa foi trazer a visão dos atores da prática de inclusão para o debate.

Portanto, o propósito deste capítulo é tratar das razões que levaram os estagiários a buscar esta função, da formação desses indivíduos e sobre o que eles compreendem por mediação escolar. Além disso, visa apresentar as dificuldades e os desafios enfrentados por eles durante o período em que exerceram tal atividade. Desse modo, procura evidenciar de que forma eles ultrapassaram essas barreiras e quais os recursos utilizaram para alcançar seus objetivos.

3.1 O INÍCIO: CHEGADA NA ESCOLA E INSERÇÃO NA FUNÇÃO

Diante do questionamento sobre como obtiveram ciência da vaga de estágio todos responderam “por amigos da faculdade”. A propósito, dois dos entrevistados apontam que não sabiam sequer que a vaga era para mediador escolar. O estagiário Paulo, estudante do curso de Licenciatura em Letras/Inglês, menciona que só descobriu que sua função seria auxiliar um aluno com deficiência após estar com toda a documentação assinada. Como podemos verificar a seguir em sua fala:

“Então, uma amiga minha já tinha feito [...] Eu resolvi checar, só que um dos problemas que eu tive na CRE é que eu cheguei lá... e ela [se referindo à sua amiga] não sabia muito bem explicar o que fazia, então eu só cheguei [na CRE] e pedi o estágio só que no final quando eu já tinha toda a documentação, tudo pronto, quando peguei a carta de apresentação para ir para a escola que o cara [funcionário da CRE] falou: “você sabe que você vai acompanhar alunos especiais, né?”, ou seja, no final quando já estava tudo pronto eu fiquei sabendo que eu ia acompanhar um aluno especial.”

Através do relato do estudante podemos perceber sua falta de informação e também a ausência de transparência da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) ao não divulgar com clareza a descrição da vaga e os critérios para o seu preenchimento.

Além disso, através dos relatos concedidos nas entrevistas, é possível evidenciar experiências similares ocorridas com os demais estagiários com relação à designação dos futuros mediadores para o trabalho com determinado aluno.

A estagiária Bruna relata que no requerimento da vaga ao ser encaminhada para a escola ela foi indicada para acompanhar um aluno específico, procedimento oficializado por meio de documentação. Porém, ao chegar à instituição, a situação foi diferente, pois a estagiária destaca que nos registros da CRE ela era oficialmente mediadora de um determinado estudante, mas na escola ela precisava auxiliar mais três educandos. Segundo Bruna, como “obrigação” ela tinha uma aluna autista que a equipe escolar considerava necessitar de maior auxílio em comparação aos demais alunos. É necessário destacar que a aluna mencionada por Bruna como sua principal responsabilidade não é a aluna apontada nos registros oficiais da CRE.

De modo semelhante, Paulo menciona que na primeira escola em que foi enviado pela CRE como mediador chegou a acompanhar 12 alunos com necessidades especiais distintas, pois a escola contava apenas com ele como estagiário.

Por outro lado, a respeito das motivações que impulsionaram os estudantes a se aplicarem para a vaga, todos afirmam que a remuneração¹⁶ foi o fator mais importante para a decisão. Desse modo, foi possível compreender as razões pelas quais esses sujeitos buscaram o estágio, apesar da desinformação. Esse aspecto se mostra preocupante, pois evidencia que muitas vezes os estudantes buscam a oportunidade apenas em razão do benefício financeiro, especialmente, nos casos de graduandos de cursos totalmente alheios à área da Educação. Este dado é corroborado por Bruna que em sua entrevista menciona que em uma de suas idas à CRE, para resolver questões burocráticas, conheceu um estudante de Engenharia que admitiu estar se candidatando a vaga pois precisava de dinheiro para fazer um intercâmbio.

¹⁶A bolsa oferecida pela SME possuía o valor de R\$400,00. Além de R\$136,00 de auxílio transporte.

Entretanto, o entrevistado Samuel, graduando do curso de Jornalismo, revela que para ele, a experiência, em especial a vivência na instituição, era um campo de pesquisa para o seu trabalho de conclusão de curso, pois seu objetivo é divulgar como funciona o trabalho de mediação nas escolas¹⁷.

O contrato era renovado pela SME/RJ a cada seis meses e possuía um prazo máximo de quatro semestres, o equivalente a dois anos. As estagiárias Bruna e Sabrina e o estagiário Samuel durante todo o período de experiência como mediadores escolares acompanharam educandos com Síndrome de Asperger (Transtorno do Espectro Autista) e autismo. O estudante Paulo auxiliou alunos com diferentes necessidades especiais, porém passou mais tempo com dois alunos autistas. Joseane esteve por cerca de um ano (até a data da entrevista) oferecendo suporte pedagógico a um aluno com Transtorno Global do Desenvolvimento.

Por intermédio das entrevistas foi possível coletar dados importantes referentes à chegada dos estudantes nas escolas, além de como ocorreu o processo inicial em suas funções. Em muitos momentos surgem críticas em relação à falta de um curso, oficinas ou até mesmo um material de formação oferecido pelo Instituto Municipal Helena Antipoff (IHA) para os mediadores. Entretanto, somente o estudante Samuel menciona ter recebido um curso ofertado pela CRE, se referindo à palestras que costumavam acontecer no início de cada semestre para os novos estagiários.

Além disso, as entrevistas revelaram angústias e apreensões dos estudantes. A estagiária Sabrina confessa que nunca havia tido contato com uma pessoa com Síndrome de Asperger e, inicialmente, tinha muito medo e não sabia como lidar com o seu aluno. A mediadora relata que tinha receio de utilizar certas palavras na frente do educando e destaca que se sentia muito despreparada para atuar como mediadora.

3.2 MEDIAÇÃO ESCOLAR: O ENTENDIMENTO DOS MEDIADORES

Pressupondo que um dos aspectos principais da pesquisa seria desvendar qual a concepção sobre mediação escolar os mediadores possuíam, a primeira pergunta do questionário era “O que é mediação escolar para você? O que você entende por mediação

¹⁷Até a conclusão deste trabalho não foi obtido nenhum retorno sobre essa informação.

escolar?”. Dessa maneira, no processo de análise das entrevistas, a partir das respostas concedidas pelos estagiários, foi possível perceber que tal questionamento possibilitou identificar também algumas das atividades que eles exerciam e como era o dia a dia desses indivíduos como mediadores.

Algumas expressões e palavras-chave surgiram mais de uma vez nas narrativas dos entrevistados ao definirem o que entendiam ser mediação escolar. As palavras auxiliar, adaptar e facilitar foram encontradas frequentemente nas respostas dos estudantes. Termos como “facilitação do processo de ensino aprendizagem” e “tornar o ensino mais fácil” foram utilizados pelos mediadores para designar algumas das funções do ato de mediar. Além disso, a função é entendida como um processo em que é realizada a mediação da aprendizagem do aluno com necessidades especiais com o objetivo de adaptar os conteúdos da melhor maneira possível e, por isso, deveria ser um trabalho mais valorizado, respeitado e repensado.

De fato, para os mediadores, uma de suas principais funções é, além de acompanhar o aluno incluído, auxiliar o professor ou professora regente da turma. Tal aspecto se mostrou evidente em todas as narrativas.

Segundo Bruna, estudante do curso de Pedagogia, a mediação escolar é

um processo que a gente faz com um aluno da Educação Especial onde a gente realiza a mediação da aprendizagem dele [aluno], daquele conteúdo que a professora está trabalhando com os alunos e que a gente pega e trabalha de uma maneira melhor, da melhor maneira possível. Não é uma construção só minha como mediadora, mas com a professora, com a psicóloga, com a gestão, com o próprio aluno. Acho que é uma mediação que a gente realiza de uma maneira coletiva. Não é um trabalho só da mediadora com a criança.

De acordo com a fala da estagiária, é possível compreender que para ela a mediação escolar é uma adaptação dos conteúdos de forma que possibilite o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência. Além disso, para a mediadora, esse é um trabalho que demanda comprometimento de todos os profissionais envolvidos no processo de inclusão do estudante, ou seja, necessita ser executado em conjunto com o apoio de uma equipe multidisciplinar.

Para Paulo, estudante de Letras, a mediação é “você [mediador escolar] saber exatamente o que é mediar, não fazer para.” Além disso, o estagiário acredita que seja necessário “compreender que o aluno tem que alcançar essa autonomia, [que] ele não depende

de você, que você está ali para fazê-lo progredir, é diferente.” Dessa forma, de acordo com o estudante a mediação da aprendizagem é um trabalho que tem o objetivo de possibilitar que o aluno obtenha autonomia para que possa progredir em seu processo de ensino-aprendizagem. Segundo o estagiário, para que isso ocorra de maneira adequada é necessário que o mediador compreenda de forma objetiva que seu papel não é realizar as tarefas pelo estudante e sim, auxiliá-lo.

Samuel, graduando de Jornalismo entende que a mediação é uma forma de tornar o ensino mais fácil e compreensivo para o aluno em processo de inclusão escolar para que ele consiga acompanhar a turma em que está incluído. Como podemos observar em sua fala.

Mediação para mim é uma forma de você tentar levar de forma mais fácil, não mais fácil, mas de uma forma que seja mais compreensiva o que a professora ensina pro aluno que tem a necessidade mais especial, que tem uma deficiência. Enfim, [é] uma forma de você [mediador escolar] levar isso mais fácil para que ele entenda e acompanhe a turma da forma que ele consiga entender.

A estudante de Pedagogia Joseane, aponta compreender a mediação escolar como uma forma de “facilitar a aprendizagem do aluno dentro de um contexto escolar.” Segundo a estagiária, a mediação acontece “além dos outros espaços escolares, mas principalmente [nele].” Entende que é preciso ter sensibilidade para perceber que cada aluno tem o seu tempo e que ele deve ser respeitado. Além disso, aponta para a importância de contextualizar as vivências escolares do aluno permitindo que o mesmo compreenda os motivos de ocupar o espaço escolar e as razões e finalidades de fazer parte daquele ambiente. De acordo com Joseane, é necessário que o aluno compreenda “o espaço [em] que ele está, o porquê que ele está ali e para quê ele está ali.”

Em suma, os estagiários compreendem que o trabalho do mediador é facilitar o processo de ensino-aprendizagem do aluno público-alvo da Educação Especial. Alguns fazem uma leitura mais aprofundada do termo “facilitar”, pois consideram que tornar o conteúdo mais fácil ou compreensivo não significa realizar as tarefas para o aluno. De acordo com a descrição que fazem das suas funções é possível compreender que boa parte do trabalho que desempenham está mais relacionado a adaptar materiais e recursos do que puramente facilitar os conteúdos para os alunos.

Como mencionado anteriormente, de acordo com o andamento da conversa algumas perguntas e questionamentos foram incluídos nas entrevistas. Desse modo, busquei investigar com determinados estagiários se a experiência havia mudado seus entendimentos sobre o conceito de mediação escolar.

Diante disso, foi possível constatar que o período vivido na função modificou a percepção desses sujeitos acerca do assunto. Novamente surgiram críticas ao modo como o IHA seleciona os estagiários sem prepará-los de forma mais adequada revelando uma preocupação com o despreparo dos mediadores e com o desenvolvimento dos alunos. Nesse sentido, a mediadora Bruna, aponta para a importância de se repensar o modelo de implementação desses profissionais nas escolas, especialmente, na rede municipal do Rio de Janeiro.

De acordo com a estudante Sabrina, graduanda do curso de História, inicialmente, ela acreditava que o termo mediação apenas se aplicava em mediação de conflitos, porém, com o decorrer do período em que esteve no exercício da função passou a considerar a mediação escolar como uma forma de “auxiliar o aluno nas tarefas que ele precisa [executar] em sala de aula e ajudar a professora no que for solicitado.” Além disso, após a experiência de um ano e meio como mediadora escolar, para ela, é necessário qualificar os profissionais que exercem essa função considerando que o mediador escolar atua em uma das fases mais importantes da vida acadêmica dos estudantes, as séries iniciais. Segundo ela, “a mediação escolar é um trabalho que deveria ser mais qualificado, pois ocupa um papel muito importante dentro da escola, focado nas séries iniciais e o aluno mais pra frente pode vir a se desenvolver por causa disso.”

3.3 FORMAÇÃO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS ESTAGIÁRIOS

Dentre o total de cinco entrevistados três possuíam experiências anteriores como estagiários em escolas da rede municipal, pois haviam participado do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do Entre Jovens, projeto de tutoria do Instituto Unibanco em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e com universidades do Rio de Janeiro. Além de terem realizado as práticas de ensino e estágios obrigatórios da grade dos cursos de licenciatura.

No momento em que foram incentivados a refletir sobre a sua formação inicial, ainda que com ressalvas, os estagiários criticam suas formações, questionando os currículos de suas universidades e destacando falhas em seus cursos.

A estagiária Sabrina afirma acreditar que a formação que recebe no curso de licenciatura em História não contribui em nada para o trabalho como mediadora. A estudante justifica sua fala apontando algumas questões em relação ao currículo da Universidade e a forma como as disciplinas do curso são oferecidas. Dentre elas, destaca que as matérias do currículo relacionadas à Educação são poucas e que aquelas que julga serem as mais importantes, como Didática e Psicologia da Aprendizagem, foram cursadas à distância (*online*). Ela atribui a dificuldade em resolver conflitos concernentes ao ofício de mediadora escolar à falta de base pedagógica. A mesma aluna afirma que no início da função como mediadora por falta de conhecimento recorria ao “*Google*”, ferramenta de buscas na internet, para fazer pesquisas tais como, “formas de se trabalhar com Asperger”, “como explicar a matéria de uma forma melhor para ele?”, “formas de aprender”, “formas de aprendizagem”. Porém, não obtinha muito sucesso, sendo assim, clicava no primeiro resultado da busca. Além disso, a estudante lamenta a falta de uma vivência maior na escola em que cumpriu as práticas pedagógicas I e II (estágio supervisionado).

Nessa perspectiva, segundo as estagiárias Bruna e Joseane, estudantes do décimo período do curso de Pedagogia, ainda que existam algumas lacunas na formação do Pedagogo elas percebiam vantagens em sua formação em relação aos mediadores das outras áreas. Nas palavras de Bruna, “a formação no curso de licenciatura a tirou da estaca zero”. A aluna ressalta não acreditar que a faculdade prepare 100% para executar as funções de mediador escolar, porém considera que a formação no curso de Pedagogia abre caminhos e proporciona uma base para atuar na função. Bruna menciona disciplinas da grade curricular de seu curso, tais como, Fundamentos da Educação Especial, Psicopedagogia e Psicologia da Aprendizagem e Educação, destacando que essa “bagagem” ajudou a pensar em estratégias pedagógicas que a auxiliasse no dia a dia da sua função de mediadora e possibilitou a reflexão sobre a sua prática. Aponta também para o fato de a faculdade ser uma fonte de informações, onde é possível encontrar materiais adequados para os estudos e aprofundamento nos temas referentes à área da Educação através da troca de conhecimento com os professores, com os colegas de curso e espaços de formação como grupos de pesquisa e extensão.

Além disso, de acordo com a mediadora Joseane, durante a graduação em Pedagogia é possível aprender como funciona o processo de aprendizagem e obter conhecimento sobre transtornos como o autismo, por exemplo. Sendo assim, para ela, foi possível trabalhar de maneira mais eficiente com os alunos incluídos nas classes regulares, diferentemente dos estagiários das demais áreas.

Todavia, Paulo, graduando do curso de licenciatura em Letras/Inglês, assinala que em relação à Educação Especial só há uma disciplina ofertada pelo seu curso, a Prática Pedagógica em Educação Inclusiva. A matéria citada é eletiva (não faz parte das disciplinas obrigatórias) e é oferecida pela coordenação do curso de Pedagogia da Universidade. Além disso, o estudante presume que a graduação não seja capaz de oferecer uma formação que atenda integralmente as demandas dos alunos com deficiência, principalmente na rede municipal de ensino. Do mesmo modo, o aluno traz uma reflexão acerca do fato de o estágio obrigatório que faz parte da grade curricular do seu curso ser oferecido no Colégio de Aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CAP/UERJ), instituição que possui um sistema de ensino diferenciado. Nesse sentido, compreende que sua experiência no PIBID, que atua em escolas públicas da Educação Básica, possibilitou, em certa medida, uma noção da estrutura e da realidade dessas instituições. Ademais, expressa que é preciso vontade do mediador escolar para “estudar por fora”, caso queira buscar estratégias para sua atuação.

Na tentativa de analisar de forma mais aprofundada o relato do estudante, busquei no site da universidade o currículo do curso de Licenciatura em Letras com habilitação Inglês - Literaturas da UERJ¹⁸. Através disso foi possível constatar que, apesar de o aluno fazer menção apenas a uma disciplina, a partir do quinto período são ofertadas para os graduandos cinco disciplinas direcionadas para a formação de professores¹⁹. São elas: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Políticas Públicas em Educação e Didática – Estágio Supervisionado²⁰. Além disso, os alunos devem cursar obrigatoriamente disciplinas eletivas restritas da EDU (Faculdade de Educação da UERJ) de acordo com a lista disponível na grade curricular do curso. Dentre elas podemos destacar: Psicologia Social Aplicada à Educação, Psicanálise e Educação e Prática Pedagógica em Avaliação da Aprendizagem.

¹⁸ A grade curricular do curso encontra-se em anexo. Ver Anexo C.

¹⁹ É importante ressaltar que essa foi a principal motivação para incluir apenas a grade curricular do entrevistado.

²⁰ Todas as disciplinas fazem parte da grade curricular obrigatória do curso.

Ao destacar apenas a disciplina voltada diretamente para a Educação Inclusiva e excluir as demais possibilidades, podemos relacionar tal aspecto com o que Mantoan (2015) menciona sobre o ensino fragmentado habitual da formação de professores. A ideia de que seja necessária uma formação especificamente focada nos alunos com dificuldades de aprendizagem, deficiência e/ou qualquer outra necessidade especial tem a ver com a expectativa dos futuros professores de que existam receitas prontas para lidar com cada aluno. Essa visão é como se existisse apenas uma única forma de aprender e também que apenas uma única metodologia de ensino pudesse contemplar a todos os alunos da mesma forma. Nesse sentido, compreende-se que por conta do modelo tradicional de formação e com a demanda cada vez mais urgente de melhorias no atendimento ao aluno da Educação Especial, é evidente que o futuro educador anseie ser formado de maneira que supere essas dificuldades. Porém, entendemos que cada aluno é um ser único e, exatamente por isso, é que suas diferenças os tornam seres plurais e diversos. Desse modo, a formação inicial e continuada dos professores deve ser orientada para acolher a diferença de todos os alunos de forma que atenda aos princípios da inclusão escolar. Para tanto, o modelo tradicional de ensino necessita ser reformulado com vistas a atender a todos com o objetivo de formar professores inclusivos atentos e sensíveis à diversidade e pluralidade de sujeitos nas escolas independente das suas particularidades e limitações.

No entanto, o estagiário Samuel acredita que a sua formação como bacharel em Jornalismo, pela falta de ligação com a área, não ofereça nenhuma contribuição para o seu trabalho como mediador escolar. Entretanto, entende que a formação desse sujeito se constrói a partir da prática de mediação no dia a dia. Segundo ele, o mediador “aprende por si próprio”.

Nesse sentido, o estagiário está correto quando diz que sua formação inicial não está ligada à área da Educação. Porém, quando menciona que a prática de mediação escolar se constrói no cotidiano da função há uma questão importante que precisa ser ressaltada. Como dito anteriormente, a prática necessita de uma fundamentação. A ação pedagógica deve estar sempre ancorada na teoria. É necessário um suporte teórico em que ela possa se apoiar, pois ao contrário disso, perde o seu sentido e torna-se alienante além de ser reduzida puramente à transmissão de conhecimentos (FREIRE, 2015; LUCKESI, 2012). A prática ensina e nos conduz à experiência que, por sua vez, gera um repertório de situações vivenciadas que nos

são fundamentais para o exercício da função. Entretanto, essa bagagem precisa estar apoiada à teoria e conhecimentos específicos oriundos de longas e profundas leituras e pesquisas científicas. Segundo Candau (2012), a prática pedagógica, exatamente por ser política, exige a competência técnica.

3.4 O OFÍCIO DO MEDIADOR ESCOLAR: O QUE FAZEM E COMO FAZEM

Durante as entrevistas, também busquei apurar, de forma mais objetiva, quais as atividades que esses sujeitos exerciam em seu dia a dia nas escolas.

De modo interessante, “copiar do quadro” foi o primeiro aspecto que surgiu em todas as respostas. Dependendo de cada situação, foram evidenciadas maneiras distintas de executar a tarefa. Os mediadores relataram algumas dificuldades no início com a cópia do quadro. Dessa forma, em determinados casos as palavras eram ditadas para que os alunos escrevessem em seus cadernos e em outras ocasiões os próprios estagiários copiavam o conteúdo para o estudante de modo a acelerar o processo para que houvesse tempo de finalizar todas as atividades.

Conforme já mencionado neste estudo, uma das atribuições do mediador é dar suporte/apoio ao professor ou professora regente da turma. Desse modo, fica evidente que tal aspecto tem sido reafirmado na prática através das narrativas dos entrevistados, pois “auxiliar a professora da turma” é unânime em todas as respostas. Além disso, explicar a matéria de forma mais fácil para o aluno e auxiliá-lo nas tarefas do cotidiano escolar, como por exemplo, fazer os exercícios é algo constante nos achados das entrevistas.

Como exposto anteriormente, o estagiário de mediação escolar está presente em todos os ambientes em que atividades educacionais estejam sendo realizadas. Nesse sentido, através da vivência dos mediadores podemos confirmar tal afirmativa. A estagiária Joseane relata que como mediadora sua responsabilidade era acompanhar o aluno em todas as atividades que ele realizava dentro e fora da escola como idas ao teatro, cinema e tudo o mais que o aluno fosse fazer além dos muros da instituição, dentro do horário escolar. Além disso, a mediadora adaptava provas e apostilas e preparava exercícios para ele sempre com o cuidado de conciliá-los com as propostas trabalhadas em sala de aula pela professora. Ainda de acordo com a

estudante, uma estratégia eficiente para captar a atenção do aluno era utilizar materiais que explorassem os gostos do educando. Ao perceber isso desenvolveu um jogo da memória com os personagens dos Minions²¹, aproveitando a paixão da criança pelo desenho. A respeito dessa questão, Vigotski (1992) aponta que o pensamento surge da esfera da motivação, a qual inclui o afeto e a emoção. Dessa maneira, dissociar o processo de pensamento e funcionamento cognitivo das necessidades e dos interesses pessoais deve ser considerado um equívoco. Para o teórico, as experiências emocionais são muito mais significativas quando associadas a tarefas que estejam relacionadas à personalidade do indivíduo tornando as emoções além de mais profundas também impulsionadoras.

Além disso, o estudo possibilitou encontrar experiências como a do mediador Paulo, que chegou a acompanhar 12 crianças com diferentes necessidades educacionais dividindo-se entre elas, dependendo das solicitações da gestão escolar. Por conta disso, o estudante tentava adaptar seu trabalho de acordo com as especificidades dos alunos. Para driblar as dificuldades, desenvolveu algumas estratégias pedagógicas, como por exemplo, utilizar o canto para estimular um educando autista não verbalizado, a lixa para ajudar no manuseio do lápis devido à dificuldade motora de outro estudante, e a comunicação por sinais para dialogar com um aluno que não possuía fala desenvolvida. No caso do aluno autista não-verbal, o estudante menciona que passou a utilizar músicas para estimular a fala do educando após uma situação em que a criança iniciou uma canção repentinamente, deixando Paulo surpreso.

No caso da estagiária Bruna, sua aluna realizava as provas com a professora da sala de recursos. A estudante comenta que era comum fazer resumos com a aluna sobre o que tinham aprendido naquele dia. Além disso, ela menciona a experiência de participar de reuniões com a professora da turma para debater questões acerca da educanda e também tinha contato com os pais da aluna, com quem sempre conversava.

A respeito das dificuldades encontradas no exercício da função, o despreparo para lidar com as especificidades dos alunos é um aspecto que preocupa e se mostra como um desafio para os estagiários. Contornar determinados comportamentos sem o conhecimento adequado exigiu dos mediadores refletir, pensar e elaborar estratégias que permitissem o bom funcionamento das atividades e o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Outro dado importante apontado como um obstáculo a ser enfrentado é a desmotivação dos

²¹Personagens do filme Meu Malvado Favorito.

professores das turmas que relatavam suas insatisfações em relação ao trabalho com o aluno em processo de inclusão escolar.

O diálogo e o trabalho em conjunto foram apontados como as principais ferramentas para superar as adversidades encontradas no caminho. Diante das dificuldades, era comum que os estagiários buscassem ajuda conversando com as professoras das turmas ou das salas de recursos para que pudessem pensar juntos acerca do que precisavam e quais os recursos poderiam utilizar para viabilizar o trabalho com aqueles alunos. Sobre essa questão, Vargas e Rodrigues (2018) afirmam que:

O trabalho de mediação escolar pressupõe diálogo, troca e parceria. A compreensão da impossibilidade de se trabalhar sozinho revela-se um grande passo em direção à inclusão, que só se efetiva com a atuação de toda a escola e com interlocução entre os atores envolvidos, sejam mediadores, gestores, profissionais de saúde entre outros. (VARGAS E RODRIGUES, 2018, p.8)

Além disso, o diálogo possibilitou a construção de uma relação de afeto e confiança permitindo que os estagiários pudessem conhecer melhor seus alunos. E, a partir disso, contornar de maneira mais eficiente as situações complexas. Freire (2015) destaca que um educador humanista deve ser companheiro dos seus alunos, buscando, dessa forma, a humanização de ambos, evidenciando comprometimento com uma concepção de educação libertadora. Para isso, é preciso ouvir e respeitar o aluno valorizando sua realidade, interesses e saberes.

Outra questão importante a ser levantada é a busca por conhecimento. A procura por espaços de formação como cursos de extensão e palestras, mencionada nas entrevistas, com o intuito de reunir fundamentação teórica que auxiliasse transpor as barreiras durante o trabalho, nos permite refletir acerca de uma questão fundamental. Segundo Freire (2015), “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Assim como “não há docência sem discência”, ou seja, o professor jamais deixa de ser um aluno aprendendo o que ensina e ensinando o que aprende. Nesse sentido, a pesquisa faz parte da natureza da prática docente e deve ser algo permanente no exercício do magistério.

Após identificar dificuldades e queixas significativas dos mediadores foi interessante analisar as respostas do estagiário Samuel. Em seu relato, o estudante de Jornalismo define o

seu ofício com a seguinte frase: “Eu faço de tudo um pouco [...] não fico só como mediador do meu aluno. Eu também ajudo as outras crianças... tudo que me mandam fazer eu faço.” Além disso, Samuel não identifica dificuldades em seu trabalho, entende que por sempre conseguir ir adiante, que os obstáculos representam parte dos seus afazeres como mediador.

As informações relatadas por Samuel nos levam a constatar que não está claro para a equipe escolar que papel o mediador deve ocupar no contexto educacional. Fica evidente que a ausência da caracterização sistemática nas políticas públicas elaboradas para a Educação Especial sobre o profissional de apoio possa ocasionar dúvidas sobre as funções que ele de fato deveria exercer. É possível evidenciar também que essa incerteza atinge os próprios mediadores, como podemos confirmar no relato do estagiário Paulo, mencionado anteriormente, ao apontar que nem mesmo a sua amiga que já estava na função sabia explicar o que ela realmente fazia. Além do mais, considerando o grande número de alunos nas classes das escolas regulares é comum que essas outras tarefas demandadas ao mediador incluam auxiliar as outras crianças da turma, como bem relata o estagiário. Nesse sentido, podemos afirmar que essa é uma das muitas barreiras que inviabilizam a qualidade da efetivação do processo de inclusão escolar. De acordo com Mousinho (*et al*, 2010), essa situação pode ser prejudicial causando desorganização do espaço escolar e dificultando o pleno desenvolvimento do aluno. Tendo em vista que afasta o mediador da sua função principal que é auxiliar de forma individualizada o educando.

Em relação aos materiais e recursos utilizados pelos estagiários, todos apontam o uso do material dourado como uma ferramenta útil em muitas situações. Além disso, os estudantes mencionam ter acesso livre a sala de recursos e aos utensílios pedagógicos disponíveis no espaço escolar. No entanto, uma questão importante pode ser ressaltada. A existência de tal ambiente acessível na escola não traz garantias de que de fato ele será utilizado. Ainda que os recursos sejam todos liberados é necessário conhecimento e planejamento para utilizá-los.

Contudo, é necessário salientar que o uso de materiais educativos diferenciados pode beneficiar o desenvolvimento e aprendizagem não apenas da criança com deficiência, mas sim de um grupo ou até mesmo de uma turma inteira, como anteriormente mencionado neste estudo.

3.5 O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FRENTE À ATUAÇÃO DO MEDIADOR.

Um dos objetivos da presente pesquisa é compreender de que maneira a atuação do estagiário de mediação escolar pode interferir de forma positiva ou não no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Para tanto, busquei identificar possíveis mudanças nos comportamentos e desempenho escolar desses indivíduos. Dessa forma, procurei levantar dados que possibilitassem responder minhas indagações através das percepções dos mediadores.

No momento em que o questionário foi construído três perguntas foram elaboradas com a intenção de coletar dados especificamente sobre os alunos. A primeira era direcionada à deficiência dos estudantes acompanhados pelos sujeitos da pesquisa. A segunda buscava investigar potenciais mudanças comportamentais dos alunos após a chegada dos mediadores à escola. Por fim, a última pergunta se debruçava a descobrir possíveis avanços no desempenho acadêmico dos educandos durante o período em que recebiam suporte pedagógico dos estagiários.

Nesse sentido, em relação às mudanças no comportamento do seu aluno, a estudante Sabrina menciona a diminuição nas ações repetitivas, denominadas como estereotípias, muito frequente em pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, ela considera que o menino passou a ter menos atitudes agressivas se tornando mais sociável, participando de trabalhos em grupo com mais facilidade e se relacionando melhor com os colegas de classe. Sobre o desempenho escolar Sabrina aponta como aspecto positivo o aluno passar a copiar do quadro, o que não fazia antes. Admite não ter tido muitas dificuldades em relação aos conteúdos passados pela professora, pois, segundo ela, o aluno era muito inteligente.

No caso da estagiária Bruna, durante o período em que foi estagiária de mediação escolar, ela acompanhou quatro alunos com diferentes necessidades especiais, como por exemplo, dificuldade de aprendizagem e baixa visão. Porém, a estudante acompanhou por mais tempo uma aluna autista do 5º ano do Ensino Fundamental I. Portanto, a mediadora se limitou a responder as perguntas com base nas informações que possuía sobre essa estudante. Bruna descreve sua aluna como uma criança muito inteligente e independente, porém muito

insegura. Menciona que ao chegar à instituição constatou que a aluna era constantemente “deixada de lado”, em suas próprias palavras, ficava muito “solta”. Acredita que tal fato tenha a ver com a ideia que faziam da aluna de que a mesma não era capaz de aprender e nem de acompanhar os conteúdos como os demais estudantes da turma. Com isso, Bruna percebeu que a aluna necessitava de alguém que lhe oferecesse atenção de forma mais individualizada sempre a encorajando e a estimulando a realizar suas tarefas. Por conta disso acredita que a mediação escolar tenha ajudado nessa questão, pois possuía o cuidado de sempre incentivá-la. Identifica como aspecto essencial no progresso da aluna a mesma ter a autonomia para expressar o que acreditava ser capaz ou não de realizar, além de ter se tornado mais confiante. Em relação às notas da aluna, a mediadora confessa não acreditar e nem considerar confiáveis os resultados, pois as avaliações eram realizadas na sala de recursos sem o seu acompanhamento, o que a mesma considera que faz toda a diferença.

A partir do relato de Bruna podemos refletir acerca de uma questão importante. No caso do estudante acompanhado por mim, em uma determinada situação, em que o aluno foi encaminhado para a sala de recursos para realizar uma avaliação sem meu acompanhamento, Jonas não conseguiu responder nenhuma das questões contidas na prova e demonstrou bastante apreensão no momento do exame. Após essa experiência, as professoras, regente e da sala de recursos, juntamente com a direção da escola decidiram que a partir daquele momento todas as avaliações seriam realizadas com o meu auxílio e de preferência na sala de aula junto com o restante da turma. Desde então, as notas do estudante se tornaram significativamente mais altas, assim como o seu rendimento escolar nas demais avaliações ao longo do ano letivo. Diante da minha experiência, é possível afirmar que o nervosismo no momento de realização das provas dificultava de forma considerável a concentração da criança, porém com a minha ajuda o aluno se sentia mais confiante.

Infelizmente é muito comum que em relação aos alunos da Educação Especial professores e demais profissionais da equipe escolar possuam o pensamento de que a criança com deficiência não disponha da possibilidade de se desenvolver. Sendo assim, não investem em recursos didáticos e propostas pedagógicas adaptadas, pois acreditam que não adiantará de qualquer forma. Dessa maneira, negam o processo de busca pela aprendizagem desse indivíduo, não permitindo que ele tenha oportunidade de se desenvolver como as demais crianças.

Em sua experiência na primeira escola em que exerceu a função de mediador, Paulo relata que não possuía informações sobre o diagnóstico dos alunos, pois segundo a diretora da instituição, estagiários não precisavam ter acesso a esses dados. Além disso, aponta que pode perceber avanços nos comportamentos sociais e no desempenho escolar de seus alunos através de relatos de funcionários da escola, que já conheciam os estudantes antes do mediador. Ressalta que as observações sempre eram positivas e que houve mudanças significativas nas notas dos alunos, pois elas se tornaram mais altas.

No caso da estagiária Joseane, ela aponta questões familiares delicadas na vida do aluno e menciona que muitas vezes é necessário relevar certas situações. Dessa forma, um dos principais aspectos que precisou ser trabalhado com o aluno foi em relação ao seu comportamento na escola, pois em casa há uma tolerância em relação às suas condutas agressivas. Nesse sentido, foi necessário fazer com que o aluno compreendesse que não poderia ter as mesmas atitudes no ambiente escolar. De acordo com Joseane, após traçar alguns limites com o educando o relacionamento entre eles se tornou menos difícil, e garante que todos na escola perceberam a melhora no comportamento da criança. Em relação ao desempenho escolar ela aponta que o aluno não tem dificuldades de leitura, pois já é alfabetizado e lê muito bem, mas na Matemática ela precisa estimular e “pegar um pouco mais pesado” com ele. Em relação à questão familiar, Mousinho (*et al*, 2010) aponta que a relação entre mediador escolar e família deve ser de parceria. É necessário haver troca e respeito, pois os pais conhecem bem as crianças e os profissionais conhecem os recursos pedagógicos que podem auxiliá-los. Por isso, o trabalho é feito em equipe.

De acordo com as questões levantadas, o mediador Samuel afirma não identificar mudanças no comportamento do seu aluno. Menciona que o estudante é o mesmo desde o primeiro dia em que se conheceram e que não apresenta alterações em suas atitudes. Com exceção dos dias em que chega mais cansado da fisioterapia ou de algum outro tratamento/atendimento especial que recebe, já que nesses dias ele precisa acordar mais cedo que de costume. Segundo o estagiário, nesses dias o aluno fica mais estressado e mais agitado. A respeito do desempenho escolar do aluno Samuel cita que o mesmo passou a reconhecer as letras do alfabeto e a identificar os números, além de aprender a fazer contas.

Novamente, a partir das respostas concedidas por Samuel podemos traçar algumas análises acerca de aspectos importantes. Em relação ao estagiário não identificar dificuldades

em seu trabalho, dada a complexidade da prática docente e da mediação escolar, tampouco avanços ou diferenças nos comportamentos do aluno ao longo do processo se mostra como algo inquietante. O fato de o aluno apenas estar presente em sala de aula não configura inclusão escolar. Tampouco, ter uma pessoa ao seu lado apenas como um “acompanhante”. É necessário que todos os profissionais responsáveis pelo processo de inclusão estejam atentos e dispostos a tornar o ambiente escolar em um espaço acessível e que proporcione o desenvolvimento satisfatório de todos os alunos que compõem a turma. Esse processo vai muito além de o aluno estar apenas frequentando a aula/escola, desse modo, determinadas práticas podem tornar a mediação um processo de exclusão, ao invés de inclusão. Sobre isso Vargas e Rodrigues (2018, p.22) apontam que “a mediação não é positiva ou negativa em si, mas pode ser eficaz ou não pelo uso que se faz dela, pela postura ética, estética e política que se tem diante do fazer.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação que impulsionou essa pesquisa parte da minha experiência como estagiária em uma escola da zona norte do Rio de Janeiro. Minhas reflexões acerca da complexidade do trabalho de mediação escolar, por vezes, me levaram a incontáveis inquietações. Além disso, a contratação de um estudante de Jornalismo para executar uma função tão complexa e importante foi para mim uma imensa surpresa (e porque não dizer indignação?). No lugar de estudante de Pedagogia me senti instigada a ponderar acerca de inúmeros questionamentos. Dentre eles, refletir sobre o que um universitário do curso de Jornalismo compreende sobre o processo de ensino-aprendizagem?

Diante disso, o presente estudo buscou analisar a formação e o trabalho dos mediadores escolares de duas escolas da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Além disso, analisar de que forma esses aspectos contribuem positivamente ou não no processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem dos alunos incluídos nas classes regulares. Nesse sentido, a pesquisa teve também como objetivo investigar se a formação em Licenciatura Plena em Pedagogia dos estagiários de mediação escolar proporciona maiores recursos científicos, teóricos e metodológicos para uma atuação mais adequada desses sujeitos em comparação aos graduandos dos demais cursos.

Diante do que foi exposto até o presente momento, podemos afirmar que diversos avanços foram alcançados através de políticas públicas e dispositivos legais desenvolvidos para assegurar o direito à educação e ao atendimento educacional especializado das pessoas com deficiência. Entretanto, a falta de objetividade das leis sobre os requisitos básicos acerca do profissional de apoio à inclusão, diminui a garantia da qualidade da inclusão escolar desses indivíduos. Além disso, tal aspecto dificulta a realização de pesquisas mais amplas a respeito do assunto.

Em decorrência da falta de clareza sobre o que é ser mediador e quais são suas funções, Mousinho (2010, *et al*) já apontava para a importância de mais trabalhos científicos sobre o tema. Nesse sentido, as entrevistas realizadas apresentaram a visão e as perspectivas dos mediadores escolares, possibilitando analisar de forma mais significativa o perfil e o trabalho desses sujeitos, favorecendo assim, o crescimento das pesquisas sobre mediação escolar.

De acordo com os estudos levantados foi possível evidenciar que são muitas as denominações que definem esse profissional de apoio no ambiente escolar e até mesmo nos documentos oficiais. Além disso, pode-se constatar que, na maioria das vezes, é comum que o mediador escolar seja um universitário em formação sendo sua principal função oferecer suporte pedagógico aos alunos com deficiência e também aos professores regentes das turmas.

Conforme as contribuições de Mousinho e colaboradores (2010), dentro da perspectiva do que se considera adequado para o perfil do mediador escolar, ou seja, ser graduando ou graduado nas áreas de Educação e Saúde, o estudo revelou que apenas um dos entrevistados não atendia a tais requisitos.

Em relação à hipótese de que o curso de Pedagogia ofereça maiores recursos que possibilitem uma atuação mais adequada aos mediadores, podemos mencionar algumas questões. Ao traçar uma comparação entre os currículos do curso em questão e as demais licenciaturas observamos que há uma vantagem para os graduandos de Pedagogia em termos de repertório acadêmico, visto que toda a sua formação é exclusivamente direcionada para os assuntos voltados para a educação, além das experiências e práticas pedagógicas que o futuro Pedagogo vivencia ao longo de toda a sua preparação profissional.

Entretanto, as dificuldades e os desafios referentes aos processos de inclusão escolar e ensino-aprendizagem são barreiras que se apresentam para todos os estagiários. Com relação à formação de professores, fica evidente que o currículo das universidades, bem como os conteúdos abordados nas disciplinas dos cursos necessitam ser revistos e reformulados, especialmente, no que diz respeito aos aspectos referentes à Educação Especial e à Educação Inclusiva. Dessa forma, se faz necessário maior atenção acerca dos conteúdos que se debruçam sobre tais questões e mais aprofundamento na abordagem do tema nas disciplinas. Além do mais, apesar das diferenças em seus currículos, os estagiários de mediação escolar estudantes do curso de Pedagogia e das demais licenciaturas ainda não são professores, porém, estão sendo preparados para tal. A partir disso, é possível afirmar que ainda que a formação no curso de Pedagogia possa proporcionar maiores recursos e conhecimentos científicos acerca dos entraves e dificuldades concernentes à educação, assim como suas possibilidades e teorias, é necessário que haja supervisão para as práticas e orientação especializada para os estagiários possibilitando um convite à reflexão e análises das suas ações visando à melhoria da qualidade do serviço prestado pelos mediadores.

Nesse sentido, sugerimos a gestão escolar das instituições de ensino que possuam condições e infraestrutura favoráveis para a inclusão escolar dos alunos com deficiência que pensem em estratégias e possibilidades de orientação, supervisão e acompanhamento das funções dos seus mediadores. No caso das escolas que dispõem de salas de recursos e professoras especialistas, encontros poderiam ser organizados entre os estagiários e as docentes com o objetivo de proporcionar um momento para a troca de conhecimentos, além de um espaço para sanar dúvidas, conhecer os materiais e recursos disponíveis na escola e como utilizá-los em sala de aula com os alunos. Dessa forma, acreditamos que melhorias significativas no trabalho executado pelos estagiários de mediação escolar seriam alcançadas.

A princípio, um dos objetivos traçados para a pesquisa era compreender de forma mais aprofundada o que é mediação dentro do contexto educacional. Desse modo, buscamos defini-la por meio de duas perspectivas distintas, a teórico – científica, através do conceito de aprendizagem mediada de Vigotski, e aquela que é considerada a partir do ponto de vista dos estagiários de mediação escolar. Desse modo, a partir de Vigotski, foi possível entender a mediação da aprendizagem como um ato de intervenção do profissional da educação, possibilitando ao aluno seu desenvolvimento mais autônomo e produção de novos aprendizados.

Todavia, ao analisar a mediação escolar através do olhar dos próprios estagiários foi possível evidenciar que, apesar de relatarem despreparo e falta de conhecimentos específicos para exercer a função, os mediadores entendem que a mediação do ensino escolar é a prática de adaptar conteúdos visando à facilitação da aprendizagem do aluno incluído. Além disso, evidenciam compreender alguns aspectos importantes do ofício da mediação escolar. Em determinados momentos os estagiários revelam práticas que condizem com ações satisfatórias para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos, especialmente quando mencionam respeitar os gostos dos educandos e recorrer ao diálogo com os demais membros da comunidade escolar evidenciando o trabalho em equipe. É evidente que a inexperiência, muitas vezes, impossibilita o trabalho ou torna-o mais difícil, porém os mediadores mostram preocupação em buscar conhecimentos e compreendem que tal busca é essencial para uma atuação de qualidade.

Para futuras pesquisas acerca da temática, sugerimos que outras investigações a partir das perspectivas dos estagiários de mediação escolar sejam realizadas, tendo em vista a

carência dos estudos que abordem o assunto. Para isso, recomenda-se que sejam entrevistados um quantitativo maior de mediadores que atuem em instituições distintas, preferencialmente, no sentido de obter mais informações. Além disso, seria interessante entrevistar pessoas da equipe escolar, talvez até mesmo familiares dos alunos, caso o objetivo seja recolher mais dados sobre as mudanças comportamentais e desempenho escolar do educando após a chegada do mediador na instituição.

Vale ressaltar que se faz urgente a necessidade de modificar a forma de contratação dos estagiários, pois a partir do momento em que a Secretaria Municipal de Educação e seus órgãos responsáveis pelo recrutamento dos estagiários utilizam como critério ser graduando de qualquer curso universitário, assume a idéia de que qualquer pessoa com ensino superior em curso pode exercer tal atividade. Desse modo, caracteriza a ação pedagógica como uma prática que possa ser realizada por qualquer pessoa, mesmo que ela não possua os conhecimentos específicos para atuar na função. Além de tudo, nossos dados parecem indicar que os estagiários muitas vezes buscam o estágio por conta apenas da remuneração.

É importante reafirmar que a legislação não é objetiva e pouco elucidada acerca das atribuições necessárias para atuar na função de mediador. Nesse sentido, ainda que no âmbito das leis não haja uma exigência específica para a formação desse indivíduo, entendemos que o mediador escolar é aquele que contribuirá para que a aprendizagem do aluno possua maiores e melhores condições de ocorrer. Além disso, o mediador escolar não é o único responsável pelo processo de ensino-aprendizagem do educando. Sua função é auxiliar o aluno na compreensão e apreensão dos conteúdos que estão sendo trabalhados em sala de aula. Para isso, é essencial que o profissional de mediação escolar estabeleça uma relação positiva e de parceria com o professor da turma, compartilhando com o docente suas percepções a respeito dos comportamentos e dificuldades do aluno. De maneira oposta ao professor, numa realidade de salas de aula lotadas, onde na maioria das vezes não consegue assistir de modo individual a seus educandos, cabe ao mediador escolar realizar um acompanhamento mais próximo, concedendo a atenção individualizada que os alunos incluídos necessitam. Sendo assim, o mediador escolar age como uma ponte entre professor e educando.

Decerto não temos o objetivo de encerrar o debate a respeito da temática com a presente pesquisa, mas contribuir para que sejam feitas reflexões que possibilitem pensar de quais formas a inclusão dos alunos com deficiência tem sido feita e de que maneira as

políticas de inclusão escolar estão sendo implementadas. As leis precisam ser mais específicas em relação ao profissional de apoio. Além disso, considerando o contexto em que a mediação escolar acontece e sobre quais aspectos ela se debruça entendemos que o profissional mais adequado para exercer essa função é o da área da Educação. Desse modo, compreendemos ainda que o profissional da Saúde faz parte da equipe multidisciplinar que oferece suporte aos educandos em suas terapias de apoio.

Além disso, vale ressaltar que a inclusão escolar é um direito dos alunos com deficiência e deve ser cumprido e respeitado. Entretanto, a inserção desse alunado nas escolas e classes regulares não é apenas benéfica para esses sujeitos, mas sim para todos aqueles que estão inseridos no contexto escolar. A convivência com a diferença e a diversidade favorece a formação de futuras gerações menos preconceituosas, que respeitam as individualidades do outro e que saibam conviver em grupo respeitando as particularidades de cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Katiúscia C. Vargas; GLAT, Rosana. **Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva: os cursos de Pedagogia em foco.** In: PLETSCHE, M. D.; DAMASCENO, A. (org.). **Educação Especial e Inclusão Escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico.** Seropédica: Edur/UFRRJ, p. 188-201, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1990.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989.** Brasília: Congresso Nacional, 1989.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).** Ministério da Educação, 1996.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília, 1999.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Secretaria de Educação Especial, MEC, 2001.

_____. **Decreto nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008.** Brasília, 2008.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

_____. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializada na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília, 2009.

_____. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília, 2011.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

CANDAU, Vera Maria. **A didática e a formação de educadores – Da exaltação à negação: a busca da relevância.** In: CANDAU, Vera Maria (org.) **A didática em questão.** 33ª Ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

CUNHA, Nathália Moreira da. **O estagiário mediador na proposta de educação inclusiva: desafios e possibilidades.** Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 51ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 59ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão de alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

GOMES, Marise Miranda. **O orientador educacional, o mediador escolar e a inclusão: um caminho em construção.** Rio de Janeiro: WAK Editora, 2014.

- LA TAILLE, Yves, OLIVEIRA, Marta K., DANTAS, Heloisa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em educação.** 28ª Ed. São Paulo: Summus, 2019.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **O papel da didática na formação do educador.** In: CANDAU, Vera Maria (org.) **A didática em questão.** 33ª Ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2012.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Summus, 2015.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil – História e políticas públicas.** São Paulo: Editora Cortez, 1996.
- MOUSINHO, Renata; SCHMID, Evelin; MESQUITA, Fernanda; PEREIRA, Juliana; MENDES, Luciana; SHOLL, Renata; NÓBREGA, Vanessa. **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões.** Revista Psicopedagogia, 27 (82): 92-108. 2010.
- RAYS, Oswaldo Alonso. **Pressupostos teóricos para o ensino da didática.** In: CANDAU, Vera Maria (org.) **A didática em questão.** 33ª Ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2012.
- RODRIGUES, Maria Goretti Andrade; VARGAS, ThamyresBandoli Tavares. **Mediação escolar: sobre habitar o entre.** Revista Brasileira de Educação. vol.23. Rio de Janeiro, 2018.
- SANTOS, Carlos Alberto Gomes dos. **Pressupostos teóricos da didática.** In: CANDAU, Vera Maria (org.) **A didática em questão.** 33ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SERRA, Dayse; BIANCO, Pedro Henrique. **Mediação escolar: conhecimentos, habilidades e atitudes.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: E-Nupes, 2019.
- SIQUEIRA, Carla Fernanda Oliveira. **Mediação escolar: a visão dos mediadores escolares sobre o seu papel na inclusão de alunos com deficiência.** 2017. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Tese de Mestrado.
- VYGOSTKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem.** Martins Fontes, São Paulo, 1993.
- VIGOSTKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente.** Martins Fontes, São Paulo, 2000.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

ANEXOS

ANEXO A- Roteiro da entrevista

Identificação: (nome, idade, instituição de ensino, curso e período)

Perguntas:

1. O que é mediação para você?

2. Como é/era o seu trabalho como mediador? O que você faz/fazia? Quais as atividades você exerce/exercia?
3. Quais os maiores dificuldades e desafios você enfrentava/enfrentou?
4. Como faz/fazia para supri-los?
5. A escola que você trabalha/trabalhou possui/possuía sala de recursos?
6. Você tem/tinha acesso a algum material para te auxiliar? Qual?
7. Você desenvolveu algum?
8. Como você ficou sabendo desse estágio?
9. Por que decidiu se candidatar para esta vaga e quais foram suas maiores motivações?
10. Teve alguma experiência como estagiário ou docente anteriormente?
11. Teve alguma experiência como mediador (a) anteriormente a este trabalho?
12. Ainda trabalha como mediador? Caso trabalhe, há quanto tempo? Caso não, trabalhou nesta função por quanto tempo?
13. Em que medida a sua formação contribui/contribuiu para a sua atuação enquanto mediador?
14. Quais disciplinas da área da Educação são oferecidas pelo seu curso? Elas trouxeram algumas contribuições para seu trabalho de mediador? **(PARA DEMAIS GRADUAÇÕES)**
15. Em relação ao aluno que você acompanha/acompanhou, qual necessidade educacional especial ele possui/possuía?
16. Você identificou mudanças no comportamento desse aluno após a sua chegada na escola?
17. Você identificou algum avanço no desempenho escolar desse aluno durante esse período?

ANEXO B - Entrevista com a mediadora Joseane

Dados sobre a entrevista:

Data: 18/09/2018.

A entrevista foi feita em uma sala do campus da Praia Vermelha antes do início do turno da noite. Joseane estava disponível e não estava com pressa, tínhamos tempo o suficiente para conversarmos antes de sua aula começar.

Identificação

Nome: Joseane

Idade: 30 anos.

Instituição de ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Curso: Licenciatura em Pedagogia.

Período: 10º período.

1-O que é mediação para você? O que você entende por mediação?

R: Bom, eu entendo que é facilitar a aprendizagem daquele aluno dentro de um contexto escolar, facilitar para que ele consiga não no mesmo tempo dos outros, mas que ele possa compreender o espaço em que ele está, o porquê de dele estar ali, para quê ele está ali, acho que a mediação é pouco disso né...para além dos outros espaços escolares mas principalmente.

2 – E em relação ao seu trabalho como mediadora, o que você faz? Quais as atividades você exerce?

R: Vamos lá, na maioria das vezes eu adapto prova e apostila porque o Jeferson (aluno que Joseane acompanha) tem algumas dificuldades. Acompanho ele em atividades extra-escolares, como cinema, teatro, tudo o que for fazer fora da escola e dentro da escola, recreio, todos os espaços eu estou com ele até na hora do recreio, refeitório e tudo o mais (...) preparar atividades porque às vezes a professora não prepara nada e aí sobra para o mediador ou senão o Jeferson fica lá não fazendo nada mas é mais isso, preparar, ficar lá com ele fazendo as atividades, buscar muito o que ele gosta para poder trazer ele para aquilo ali senão também o negócio não flui.

3-Quais são as maiores dificuldades e desafios que você encontra em todas essas atividades que você exerce?

R: Eu acho que a hora do recreio porque eles ficam em um espaço cercado, gradeado todo mundo correndo e gritando ao mesmo tempo e o Jeferson é um autista que tem muita sensibilidade auditiva, então ele fica completamente enlouquecido. Em relação às aulas de Educação Física, agora que a gente tá conseguindo traçar um trabalho com ele, mas ele nem entrava na quadra, ele tinha pavor da Educação Física. Como o Jeferson também tem deficiência física, então ele tem dificuldade de locomoção e não é estimulado então aquilo pra ele é meio que doloroso só que ele precisa, agora ele já faz fisioterapia e tudo o mais aí a gente já está conseguindo avançar em alguma coisa, mas acho que pelo menos nessa parte do que eu faço é isso são as maiores dificuldades.

4 - E quando você se vê diante dessas dificuldades como você faz para supri-las? Quais as estratégias que você utiliza para contorná-las?

R: Então, com a Educação Física eu consegui assim todo dia de Educação Física quando ele chega na escola eu já vou conversando com ele que hoje é dia de ver tal professora e aí até...como é no final do dia eu já conversei bastante com ele, já massacrei na cabecinha dele que é dia da Educação Física então ele consegue, agora o recreio nem foi muito eu ele acabou criando um mecanismo que ele fica num lugar um pouco mais distante que o som não vai tanto aí ele fica lá parado e eu fico próximo, conversando, tentando distrair ele de outras formas porque, infelizmente, o espaço que a gente tem é só aquele ali.

5 -E em relação às atividades de classe, dever e essas coisas você tem alguma dificuldade? Como funciona?

R:Então, o Jeferson é alfabetizado, ele tem 8 anos mas ele já lê perfeitamente o que já me ajuda muito, disso eu não tenho do que reclamar então assim ele não quer fazer, ele não tem interesse realmente, aquelas apostilas ele não tem interesse então o eu faço? Como ele já lê, lê até melhor do que as outras crianças da turma dele a gente faz aquela atividade primeiro para não deixar de fazer, até porque a mãe dele cobra e eu busco fazer outras coisas que ele gosta mas assim dentro da proposta da professora...o que dá.

6 - E a escola em que você trabalha possui sala de recursos?

R: Sim, possui uma. Uma sala de recursos grande, uma professora de sala de recursos e uma AEE (atendimento educacional especializado).

7-E você tem acesso a algum material para te auxiliar quando você precisa fazer alguma atividade diferente com ele? Qual?

R: Então, eu consigo tudo na sala de recursos, tudo o que eu pedir ou solicitar a professora de lá libera sem problema nenhum, ela é psicóloga então já ajuda muito, e assim tudo o que ela puder fazer ela faz, às vezes ela tira do bolso dela porque a escola fica sem recursos ela vai lá e compra se a gente pedir antecipado então a única coisa que a gente tá sentindo falta é de livro infantil voltado para área (educação especial), até mesmo para a gente trabalhar com a turma dele essas questões, mas ainda (...) ela ficou de ver, vamos ver...

8 -Você já chegou a desenvolver algum tipo de material para trabalhar com ele ou nunca sentiu necessidade?

R: Não, na verdade não porque normalmente ela (professora da sala de recursos) já cria alguma coisa e mostra pra gente, vê o que a gente acha, se dá pra adaptar...porque ela conhece todas as crianças e vê se dá pra aproveitar ou não...na verdade, eu fiz com ele um jogo mas era porque ele gosta muito de Minions (desenho animado) para trabalhar a questão de memória, não de memória porque memória ele até é bom mas assim essa ideia de iguais e diferentes a gente pegou e eu acabei fazendo um material para ele e ela sugeriu fazer o jogo da memória, aí fiz de algo que ele gostasse pra gente trabalhar. Ele gostou como eu aproveitei de algo que ele gostava aí ele se interessou, porque senão...

9 - E como você ficou sabendo desse estágio?

R: Foi uma amiga minha aqui da faculdade que já tinha feito e aí eu fazia outro estágio e acabou e eu fui procurar. Eu fazia na verdade era o “Entre Jovens” pela prefeitura e aí acabou ano passado e a mesma coordenadora me perguntou se eu não queria ir pra mediação, mas aí eu já tinha escutado falar sobre.

10 - E por que você decidiu se candidatar para esta vaga? Qual foi sua maior motivação?

R: Dinheiro, eu precisava me manter na faculdade. Não adianta, gente, ainda mais quando você não tem segurança, porque assim você entra sem ter segurança do que você está fazendo

e é uma rede de apoio, você chega lá dentro e você vai tendo apoio e motivação mas o inicial é dinheiro porque você precisa se manter na faculdade então como é que você faz? Não tem jeito, infelizmente.

11 - E você teve alguma experiência como estagiária ou docente anteriormente a este trabalho?

R: Sim, fiz estágio em colégio particular e PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) por 4 anos.

12 - Mas como mediadora não? Essa foi a primeira vez?

R: Isso. Essa foi a primeira vez.

13 – E você trabalha ainda como mediadora não é? Você está lá há quanto tempo?

R: Sim. Vai fazer um ano agora. (a entrevista foi feita em setembro de 2018)

14 - E em que medida você acha que a nossa formação como Pedagogos, como o nosso currículo contribui para no dia a dia você trabalhar como mediadora?

R: Eu acho que a gente tem um déficit nesse sentido, mas ainda sim, comparado aos meus colegas com quem eu compartilho a mediação a gente ainda está na frente porque a gente entende esse processo de aprendizagem, entende o autismo, tem muitos ali que chegam sem saber o que é autismo, sem saber nada e a gente querendo ou não ainda tem uma base de como é, de como trabalhar, como...não trabalhar totalmente mas a gente conhece, é apresentado na faculdade, entendeu... eu acho que isso acaba deixando a gente anos-luz a frente dos nossos colegas que acabam chegando de outras áreas completamente perdidos sem saber como trabalhar entendeu, eu acho que a gente ainda que com essa formação a gente ainda tem uma vantagem.

15 - Em relação ao aluno que você acompanha, qual necessidade educacional especial ele possui?

R: No laudo consta transtorno global do desenvolvimento, porque ele tem também epilepsia e deficiência física.

16 - E você já consegue identificar mudanças no comportamento desse aluno após a sua chegada à escola?

R: 100% e a escola toda percebe, eles comentam (...) nossa quando você não vem o Jeferson não é a mesma criança (...) e realmente não é, o Jeferson também tem uma questão familiar que ele acaba sendo muito mimado e aí a mãe não sabe lidar com a situação e aí ele chega na escola do jeito que ele quer e acha que a escola é a extensão da casa. Acho que foi o primeiro passo que eu dei com ele foi lembrá-lo que acaba a casa e a gente entrou na escola porque senão ele não quer...tipo em casa ele não se limpa aí na escola ela acha que alguém tem que limpar, entendeu...então assim tem alguns comportamentos...em casa ele acaba levantando a mão pra mãe dele, na escola ele não pode. Então assim, a primeira coisa era de comportamento ele tinha que entender que ele estava saindo de casa para a escola e isso ele já percebe, só no meu olhar ele já sabe que eu não estou achando legal o que ele está fazendo e faz e aí ele vê que eu cheguei no meu limite e eu fecho a cara para ele e acabou porque assim, infelizmente, a gente tem um trabalho maior...a mãe é complicada, são pais separados, o importante para ela é brigar com o pai por causa de separação e o Jeferson está no meio disso tudo, eu tento relevar ao máximo mas há também um problema de comportamento não é só de sentimento pela situação então...eles percebem, perceberam e eu também percebo a diferença de comportamento dele, mudou muito para melhor, ainda bem!

17 - E você identificou algum avanço no desempenho escolar dele durante esse período?

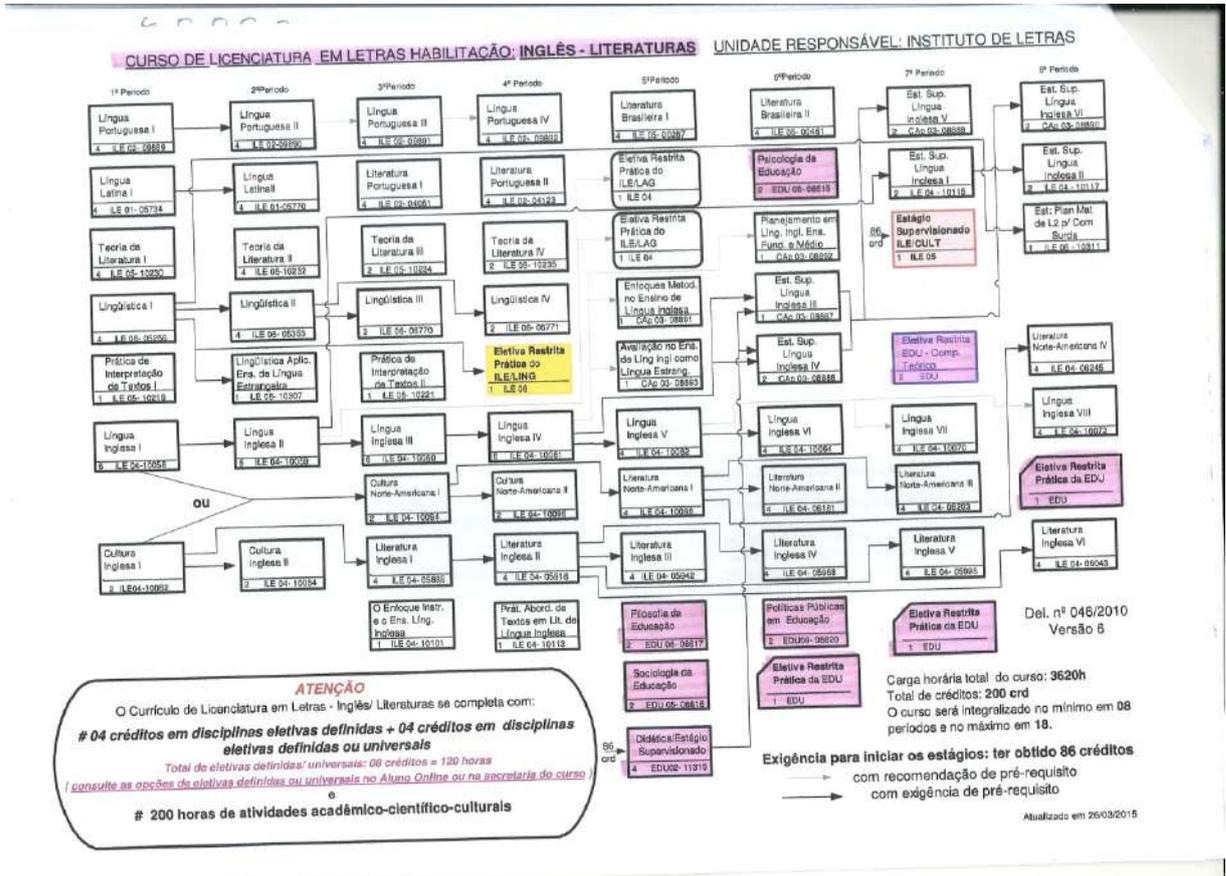
R: Então, eu consegui perceber pelo seguinte porque a professora fica muito presa a apostila, não sei em outras escolas, mas lá ela só dá Português e Matemática, Ciências, História e Geografia fica para as cucuias e a Matemática ainda sim é bem deficiente então assim, vendo que ela não está dando se eu tenho tempo livre com o Jeferson, ao invés de deixar ele correr com as outras crianças na sala eu aproveito pra pegar um pouco mais com ele aí quando vejo que ele já está cansado eu deixo mas assim é visível a melhora dele até mesmo na questão de contagem... de ler não porque ele já lia, algumas coisas eu reforço porque senão ele não vai ver esse ano durante a escola, como mudou de professora ainda tem esse processo de mudança de professor, cada professor trabalha de um jeito, a professora do ano passado que eu fiquei sabendo pegava muito no pé dele então por isso que ele desenvolveu muito bem mas esse ano já acha tudo lindo e maravilhoso então eu que pego no pé mas eu consegui observar muita diferença, até mesmo assim, ele tem muito ecolalia mas você vê que ele já fala de um

jeito diferente, eu não sei explicar mas eu já sinto ele falando de forma diferente para além daquilo que ele só repetia. Quando ele começa “quero ver a minha mãe, quero ver a minha mãe” aí eu só aponto pro relógio e ele fala assim “11:45” porque ele já sabe a hora que ele vai ver a mãe dele, pra todo mundo ele fala isso, então assim, você vê o comportamental, a forma de falar que ele já melhorou. E as notas dele, assim, as provas de Língua Portuguesa do Município são ridículas então ele faz com o pé nas costas, mas ele tem melhorado bastante.

18 - Por último, em relação à prática, você acredita que ela é formadora? Que a experiência do dia a dia como mediadora na escola é que justamente te forma como mediadora?

R: Com certeza! Forma muito mais do que se eu tivesse fazendo um curso, por exemplo. No fim de semana eu fui fazer um curso na área de autismo, quando eu cheguei lá, eu falei assim, tudo o que eles falaram aqui eu já vivenciei na prática... era com nutricionista falando sobre alimentação, fonoaudióloga, psicólogo, assim, isso tudo o que eu já vivenciei com o Jeferson sabe, eu espero algo novo, para além daquilo e aí você percebe, eu acho que são nesses momentos que você vê que muita coisa também você já aprendeu, que você já é capaz de falar sobre aquilo, não necessariamente com toda a propriedade porque cada aluno, cada criança é de um jeito mas assim como aquilo te enriquece, como aquilo te forma e aí você começa a buscar outras coisas, outras oficinas, outras práticas, entendeu, agora eu estou que nem uma doida onde tem negócio eu estou indo (se referindo a cursos e palestras voltados para o tema), porque aí você pensa assim, não perai aquilo ali pode me auxiliar, eu vou fazer tal oficina eu não sei sobre o que é mas está falando que é sobre autismo então vamos lá porque de repente pode me ajudar com o Jeferson, pode até me ajudar a ajudar os meus colegas que as vezes estão mais perdidos do que eu. Então é uma prática que te forma e para além de você, forma até aqueles que estão a sua volta porque você acaba compartilhando, então eu acho que é mais ou menos isso.

ANEXO C - Grade curricular do curso de Licenciatura em Letras Habilitação Inglês – Literaturas



Disciplinas Eletivas Restritas da EDU - Componente Teórico

* O aluno deverá cursar uma das disciplinas abaixo *
(exigência: 02 créditos)

06632 - Antropologia Filosófica e Educação
06645 - Avaliação da Aprendizagem
 06650 - Avaliação de Software Educativo
 08834 - Avaliação Institucional
 08830 - Controle e Gestão do Estresse
 06646 - Currículo
 08968 - Educação a Distância
 06657 - Educação de Jovens e Adultos
 06641 - Educação e Pós-modernidade
 06620 - Educação e Processo de Globalização
06638 - Educação e Saúde
 06622 - Educação e Transformação no Mundo do Trabalho
 06631 - Filosofia Política da Educação
 08835 - Gestão Participativa Proj. Instituc. e Corporativos de Educação
 08829 - História, Família e Infância
 06652 - História da Profissão Docente
 08826 - História das Disciplinas Escolares
 08827 - História do Processo de Escolarização
 06640 - Magistério: Carreira e Mercado de Trabalho
 06618 - O Cotidiano Escolar: Uma Prática Social em Construção
 06626 - O Imaginário Social e a Educação
 08831 - Prevenção de Drogas nas Escolas
 06624 - Processos de Desenvolv. e Aprendizagem do Adolescente
06627 - Psicanálise e Educação
08833 - Psicologia e Disciplina Escolar
06625 - Psicologia Social Aplicada à Educação
 06621 - Questões Éticas e Educação
 08832 - Saúde Vocal do Professor
 08966 - Tópicos Especiais em Educação de Adultos

4º período - Eletiva Restrita Prática do ILE/ LING (pré-requisito: Linguística I)

* O aluno deverá cursar uma das disciplinas abaixo *

(exigência: 01 crédito)

10309 - Aplicações da Linguística ao Ensino de Línguas
 10310 - Estágio: Planejamento e Elaboração de Materiais
 10304 - Gêneros Textuais: Produção e Ensino
 10306 - Leitura e Produção de Textos na Escola
 10305 - O Discurso Pedagógico

5º período - Eletiva Restrita Prática do ILE/ LAG

* O aluno deverá cursar duas das disciplinas abaixo *

(exigência: 02 créditos)

10104 - Prát. de Ens. em Língua Inglesa I - O Uso da Tecnologia
 10108 - Prát. de Ens. em Língua Inglesa II - Comp. e Exp. Oral e Escrita
 10110 - Prática de Análise do Discurso

6º período - Eletiva Restrita Prática da EDU

* O aluno deverá cursar três das disciplinas abaixo *

(exigência: 03 créditos)

8823 - Prát Pedag em Aprend: Realizar o Construtivismo na Escola
 8825 - Prática Pedag Minimizadoras da Indisciplina e da Violência Escolar
8821 - Prática Pedag em Educação Inclusiva
 8824 - Prática Pedag com Dinâmicas de Grupo
8822 - Prática Pedag em Avaliação da Aprendizagem
8826 - Prática Pedag em Projeto Político-Pedagógico

7º período - Estágio Supervisionado ILE/CULT-LING

* O aluno deverá cursar uma das disciplinas abaixo *

(exigência: 01 crédito)

10223 - Materiais p/ Ensino de Literatura
 10225 - Técnicas de Pesquisa de Fontes Bibliográficas e Virtuais